

CONTROLE PÚBLICO

PUBLICAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

setembro | 2009
ano 1 | nº 4
www.tce.sc.gov.br

Principais autoridades de Santa Catarina prestigiam posse de Herneus de Nadal



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Evento é cancelado para evitar aumento de casos da gripe A



CONTROLE SOCIAL

Ouidoria inicia atividades e registra recebimento de 81 comunicações



COFRES PÚBLICOS

Atuação do TCE/SC possibilita a arrecadação de recursos ao erário



CONSELHEIROS

José Carlos Pacheco — Presidente

Wilson Wan-Dall — Vice-Presidente

Luiz Roberto Herbst — Corregedor Geral

Salomão Ribas Junior

Otávio Gilson dos Santos

César Filomeno Fontes — Supervisor do Instituto de Contas

Herneus João de Nadal

AUDITORES

Adircélio de Moraes Ferreira Junior

Cleber Muniz Gavi

Gerson dos Santos Sicca

Sabrina Nunes locken

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADORES

Mauro André F. Pedrozo — Procurador Geral

Márcio Rosa — Procurador Geral Adjunto

Aderson Flores

Cibelly Farias

Diogo Ringenberg



SUPERVISÃO

Conselheiro Wilson Wan-Dall

COORDENAÇÃO GERAL E EDIÇÃO

Lúcia Helena Prujá

COLABORAÇÃO

Alessandra Carvalho Pescador

Elóia Rosa da Silva

Geraldo José Gomes

Isabela Ribas Cesar Portella

Jânio Quadros

João Luiz Francalacci Rocha

Magda Audrey Pamplona

Marcelo Brognoli da Costa

Osmar Teixeira

Rogério Felisbino da Silva

REVISÃO

Lúcia Helena Prujá

Márcia Regina Barreto Moraes

Valdelei Rouver

FOTOGRAFIA

Assessoria de Comunicação Social do TCE/SC

PLANEJAMENTO GRÁFICO, ARTE E ILUSTRAÇÕES

Ayrton Cruz

IMPRESSÃO

Gráfica Floriprint

PERIODICIDADE

Trimestral

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO DE TEXTO, DESDE QUE CITADA A FONTE. OS AUTORES DOS ARTIGOS SÃO RESPONSÁVEIS PELOS CONCEITOS E OPINIÕES EMITIDOS.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PEDIDOS DESTA PUBLICAÇÃO PARA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES

Rua Bulcão Viana, 90 — CEP 88020-160 — Florianópolis — SC

Fone/fax (48) 3221-3683

E-mail revistacontrolepublico@tce.sc.gov.br

Transparência para o exercício da cidadania

Ampliar a transparência das ações dos tribunais de contas do Brasil como forma de permitir o efetivo exercício da cidadania está entre os objetivos do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros. E o Tribunal de Contas de Santa Catarina, participante do Promoex, tem implementado iniciativas nessa direção, que podem ser conferidas neste quarto número da publicação *Controle Público*.

O início das atividades da Ouvidoria, no dia 8 de junho, permite que qualquer pessoa envie reclamações, críticas, sugestões ou informações, por e-mail, carta ou fax, sobre atos realizados por agentes públicos de Santa Catarina, serviços do TCE/SC e atos administrativos e de gestão praticados por órgãos e entidades da administração pública estadual sujeitos à jurisdição da Corte catarinense.

A criação desse canal de diálogo e interação com a sociedade se faz necessária. A situação de desmandos no País está diariamente na mídia, com notícias de irregularidades envolvendo a Administração Pública em todos os níveis de governo. Portanto, a disponibilização de informação deve ser prática constante no serviço público, permitindo, assim, a participação dos cidadãos no controle e, conseqüentemente, no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

A implantação da Ouvidoria no TCE/SC está em sintonia com as metas definidas no Plano Estratégico 2008-2011. Enquadra-se no indicador “ações voltadas ao exercício da cidadania e do controle social”, relacionado ao objetivo estratégico de “fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade”.

Outras ações estão sendo implementadas, também com recursos do Promoex, como o redesenho dos principais processos de controle externo, para tornar o Tribunal de Contas de Santa Catarina, até 2011, “reconhecido pela sociedade e pelos jurisdicionados como instituição de referência no controle da gestão pública, que prima pela qualidade, tempestividade, celeridade e uniformidade de suas decisões”.



Conselheiro José Carlos Pacheco
Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina

Ficha catalográfica elaborada por
Sílvia M. Berté Volpato CRB 14/408 — ICON/TCE

C764 Controle público: Tribunal de Contas de Santa Catarina. - v. 1, n. 4 (2009) -- Florianópolis : TCE, 2009.

80 p.

ISSN: 1984-5219

- 1. Administração pública - periódicos.
- 2. Controle externo. I. Tribunal de Contas de Santa Catarina.

CDU 35(816.4)



6	SEMINÁRIO INTERNACIONAL	“II Seminário Internacional Corrupção e Sociedade” é cancelado
8	CONTROLE SOCIAL	Iniciadas atividades da Ouvidoria do TCE/SC
10	CONTROLE SOCIAL	ENTREVISTA Cleber Muniz Gavi
14	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Projeto de redesenho de processos está na terceira fase
22	CONTAS DO GOVERNO	Parecer prévio recomenda a exclusão de gastos com inativos
30	CONTAS DOS MUNICÍPIOS	Primeiro parecer prévio do exercício 2008 foi emitido em julho
34	MATÉRIA DE CAPA	Herneus de Nadal assume o cargo de conselheiro do TCE/SC
44	APOSENTADORIA	Otávio Gilson dos Santos pede aposentadoria
50	DESEMPENHO	Aprovado plano com soluções para o Programa de Medicamentos
52	TOMADA DE CONTAS	Despesa em obra da SC-421 é considerada irregular
53	TOMADA DE CONTAS	Prefeitura de Praia Grande regulariza terreno do Terminal Rodoviário



54	COFRES PÚBLICOS	Atuação do TCE/SC possibilita a arrecadação de R\$ 520,2 mil ao erário
58	TECNOLOGIA	DOTC-e chega à edição de número 300
63	NOTÍCIAS	Clipping Eletrônico: importante fonte de informação
66	TRIBUNAIS DE CONTAS	Comissão Especial aprova criação do Conselho Nacional dos TCs
68	CAPACITAÇÃO	TCE/SC intensifica atividades de capacitação
72	HOMENAGEM	Criação de honrarias resgata história do Estado
76	COOPERAÇÃO	Santa Catarina terá unidade da escola francesa de administração
78	CURTAS	



ARTIGOS		
JÂNIO QUADROS A ética no serviço público		12
ELÓIA ROSA DA SILVA A obrigação de prestar contas		21
GERALDO JOSÉ GOMES Nove anos da Lei de Responsabilidade Fiscal		32
JOÃO LUIZ FRANCALACCI ROCHA Critérios de pontuação de bens de informática		62
MARCELO BROGNOLI DA COSTA Tribunais de contas e conselhos fiscais profissionais		71

“II Seminário Internacional Corrupção e Sociedade” é cancelado

TCE/SC e IRB adotam medida preventiva para evitar a propagação do vírus influenza H1N1

O Tribunal de Contas de Santa Catarina e o Instituto Rui Barbosa decidiram cancelar o “II Seminário Internacional Corrupção e Sociedade: crise, transparência e controle”, evento que aconteceria entre os dias 9 e 11 de setembro, em Florianópolis. Trata-se de uma medida preventiva para evitar a propagação do vírus influenza H1N1, especialmente, porque a previsão das autoridades de saúde pública do Estado é que o pico de incidência da doença ocorra justamente no início deste mês.

O evento reuniria profissionais de atividades de controle público do Brasil e do mundo, principalmente de instituições da América Latina, Europa e África, como tribunais de contas e ministérios públicos. Tinha como proposta a ampliação do debate para a importância da criação de novos mecanismos de controle e de transparência, em função da transformação provocada pela crise mundial.

Em comunicado publicado no Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (www.contrôle-publico.org.br) e nos sites da Corte catarinense (www.tce.sc.gov.br) e do Instituto Rui Barbosa (www.irbcontas.org.br), no espaço reservado a informações sobre o evento, os presidentes do TCE/

SC e do IRB, conselheiros José Carlos Pacheco e Salomão Ribas Junior, respectivamente, salientam que a adoção da providência atende, inclusive, à recomendação da Vigilância Epidemiológica do Estado de Santa Catarina.

O documento, com data de 12 de agosto, foi enviado pelos Correios aos palestrantes convidados, às entidades parceiras – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Tribunal de Justiça – e às pessoas inscritas. A equipe responsável pela organização do “II Seminário Internacional Corrupção e Sociedade: crise, transparência e controle” também prestou informações, por telefone, sobre o cancelamento do evento.

Paralelamente ao II Seminário, seria realizado VIII Fórum IRB-Promoex. No encontro, que congregaria as Escolas de Contas dos tribunais do Brasil, seriam repassadas experiências, discutidas possibilidades de integração e outros aspectos relevantes à capacitação dos auditores públicos.



TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
INSTITUTO RUI BARBOSA



COMUNICADO

Considerando a pandemia da gripe causada pelo vírus influenza A (H1N1) que assola diversos países;

Considerando que o Estado de Santa Catarina vem sofrendo nos últimos dias aumento considerável dos casos da gripe causada pelo vírus influenza A (H1N1);

Considerando que as autoridades de saúde pública estão prevendo o pico da incidência da doença no Estado de Santa Catarina para o início do mês de setembro de 2009;

Considerando recomendações das autoridades de saúde pública para evitar eventos em locais fechados, em especial àqueles reunindo grande número de pessoas;

Considerando recomendação da Coordenação Médica do II Seminário Internacional;

Considerando recomendação do Diretor da Vigilância Epidemiológica do Estado de Santa Catarina;

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o Instituto Rui Barbosa comunicam o cancelamento do II Seminário Internacional Corrupção e Sociedade – Crise, Transparência e Controle, que aconteceria nos dias 09 a 11 de setembro de 2009, em Florianópolis – SC.

Certos de contarmos com compreensão de todos, desde já agradecemos.

Florianópolis, 12 de agosto de 2009.

Conselheiro **José Carlos Pacheco**
Presidente do TCE/SC

Conselheiro **Salomão Ribas Junior**
Presidente do IRB

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Rua Bulcão Viana, 90 - Centro - Florianópolis - 88020-160 - Santa Catarina
Fones: (48) 3221 3621 / 3221 3816 Fax: (48) 3221 3777



Iniciadas atividades da Ouvidoria do TCE/SC



Serviço contribui para o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade dos serviços públicos

RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES | pelo site do Órgão, por e-mail, carta ou fax

Desde o dia 8 de junho, a sociedade catarinense conta com mais um canal de interação com o Tribunal de Contas de Santa Catarina: a Ouvidoria. Pelo Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br), por e-mail, carta ou fax, qualquer cidadão pode enviar reclamações, críticas, sugestões ou informações relevantes que tenha conhecimento. Além de contribuir para o fortalecimento da cidadania, o novo serviço visa à melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos governos estadual e municipais.

O supervisor da Ouvidoria, auditor substituto de conselheiro Cleber Muniz Gavi, destaca a importância do Órgão para a atuação do controle social. “A parceria da população na fiscalização dos recursos públicos é essencial para a defesa dos princípios fundamentais que devem prevalecer na administração pública”, ressaltou referindo-se à legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade.

A comunicação pode ser anônima. Porém, é a identificação que assegura a resposta ao manifestante. O comunicante poderá acompanhar as manifestações da Ouvidoria a respeito da informação prestada ou solicitada pelo Portal do TCE/SC, utilizando um código de consulta que lhe será fornecido. Importante registrar que as respostas também serão fornecidas pelo mesmo meio que foi feita a comunicação. Se o cidadão dirigiu-se à Instituição por carta, receberá resposta pelos correios, por exemplo.

Ao anunciar o início das atividades da Ouvidoria, durante a sessão do Pleno em 8 de junho, o presidente da Corte catarinense, conselheiro José Carlos Pacheco, destacou que a instalação e manutenção de ouvidorias nos tribunais de contas estão entre as ações incentivadas pelo Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex) para dar mais transparência às atividades e colaborar para o efetivo exercício da cidadania.

Até o dia 31 de julho, foram recebidas 81 comunicações

Em quase dois meses de operação, foram feitas 81 comunicações ao Tribunal de Contas – 40 pelo Portal, 38 por e-mail, uma por carta e duas em visita pessoal à Ouvidoria. Quanto à natureza, foram registradas 41 solicitações de informações, 27 fornecimentos de informações relevantes, oito reclamações, duas sugestões, além de três consideradas impróprias já que não estavam relacionadas à competência do TCE/SC.

O coordenador da Ouvidoria, auditor fiscal de controle externo Rafael Antônio Krebs Reginatto, explica que as comunicações referentes ao fornecimento de informações relevantes sobre atos administrativos e de gestão praticados

por órgãos e entidades da administração pública não serão imediatamente autuadas como processos. “Isso somente ocorrerá se o relato contiver indícios de irregularidade”, enfatizou, acrescentando que serão observadas as normas regimentais e o prescrito na Lei Orgânica do Tribunal.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

- Portal: www.tce.sc.gov.br
- E-mail: ouvidoria@tce.sc.gov.br
- Carta: rua Bulcão Viana, nº 90 — Caixa Postal 733 — Centro — CEP 88.020-160 — Florianópolis/SC
- Fax: (48) 3221-3610

COMUNICAÇÕES | só serão autuadas como processos as com indícios de irregularidades

TIPOS DE COMUNICAÇÕES

- Reclamações e críticas: referentes a atos administrativos e de gestão praticados por agentes públicos, órgãos e entidades da Administração Pública, e sobre serviços prestados pelo TCE/SC.
- Sugestões: relacionadas ao aprimoramento e à melhoria dos serviços públicos prestados pelo TCE/SC e pelos órgãos e entidades da administração pública.
- Solicitações de informações: referentes a atos administrativos e de gestão, com ou sem indícios de irregularidades, praticados por agentes públicos, órgãos e entidades da Administração Pública.
- Fornecimento de informações relevantes: quando se tratar de atos administrativos e de gestão com indícios de irregularidades, praticados por agentes públicos, órgãos ou entidades da Administração Pública. As informações fornecidas servirão para subsidiar as ações de controle externo desenvolvidas pelo TCE/SC.



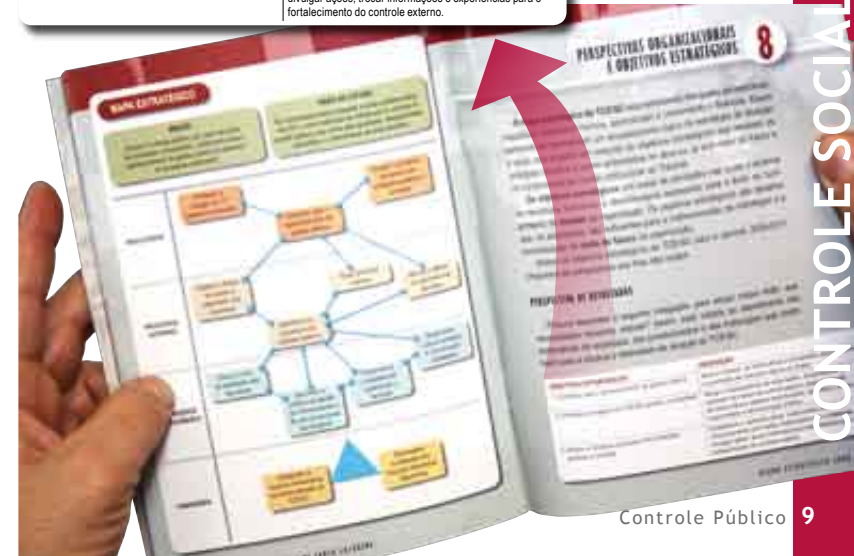
Criação do novo Órgão estava definida no Plano Estratégico

A implantação da Ouvidoria está entre as iniciativas definidas no Plano Estratégico 2008-2011 da Corte catarinense, que se enquadra no indicador “ações voltadas ao exercício da cidadania e do controle social” relacionado ao objetivo estratégico de “fortalecer a imagem do TCE/SC perante a sociedade”.

Além de Rafael Reginatto, integram a equipe do novo Órgão o também auditor fiscal José Rui de Souza e a servidora Maria das Graças Schütz. Os servidores Zenio Rosa Andrade – que se aposentou no início deste ano –, e Leonice da Cunha Medina trabalharam no projeto sob a supervisão do corregedor geral do Tribunal, conselheiro Luiz Roberto Herbst.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DESCRIÇÃO
1. Contribuir para o aprimoramento da gestão pública	Atuar e orientar, de forma eficaz e tempestiva, para prevenir a ocorrência de desvios e danos ao Erário.
2. Fortalecer a imagem do TCE/SC perante a sociedade	Attingir a transparência de suas ações, diversificando a utilização de canais de comunicação e disponibilizando de forma clara e objetiva suas funções, decisões e dados relacionados à administração pública.
3. Ampliar e fortalecer parcerias com entidades públicas e privadas	Estabelecer e operacionalizar instrumentos formais e relacionamento com outras instituições com a finalidade de divulgar ações, trocar informações e experiências para o fortalecimento do controle externo.

RESULTADO | iniciativa permite o exercício da cidadania



Ouvidoria como “instrumento da democracia participativa”

CLEBER MUNIZ GAVI,
supervisor da Ouvidoria do TCE/SC

■ Assegurar o fortalecimento da cidadania, a busca da melhoria da qualidade do serviço público e o direito à informação são os objetivos da Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina, criada pela Resolução nº TC-28/08, de 30 de julho de 2008. Na entrevista a seguir, o primeiro ouvidor do TCE/SC, auditor substituto de conselheiro Cleber Muniz Gavi, enfatiza a importância do órgão como instrumento da democracia participativa e faz uma análise destes quase dois meses de funcionamento da Ouvidoria — o início das atividades aconteceu no dia 8 de junho. Segundo levantamento, até o dia 31 de julho foram recebidas 81 comunicações, a maioria relacionada a atos praticados por agentes públicos municipais.



DEMANDA | a maioria das comunicações “é relacionada a atos praticados por agentes públicos municipais”

Controle Público | Qual é o papel da Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina?

Cleber Muniz Gavi | Como instrumento da democracia participativa, a instituição das ouvidorias, nos mais diversos órgãos, tem por papel assegurar o fortalecimento da cidadania, a busca da melhoria da qualidade do serviço público e o direito à

informação. Dentro deste escopo, a Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina representa um canal de diálogo e interação com o cidadão em defesa dos princípios fundamentais que devem prevalecer na Administração Pública, com o propósito de aprimorá-la e tornar a ação governamental mais transparente.

Controle Público | Quais são os principais usuários da Ouvidoria?

Gavi | Os cidadãos, em geral, têm recorrido aos serviços da Ouvidoria, seja para solicitar esclarecimentos, seja para apresentar reclamações, críticas, sugestões, elogios ou informações relacionados a atos da Administração Pública. Ainda não foi possível identificar a prevalência de uma categoria em específico (de agentes públicos ou de profissionais liberais, por exemplo). Mas já é possível identificar uma predominância de demandas relacionadas a atos praticados por agentes públicos municipais, o que demonstra um grau de participação maior do cidadão em relação aos atos tipicamente locais.

Controle Público | Como a Ouvidoria atende às demandas apresentadas pelos cidadãos?

Gavi | A Ouvidoria identifica e registra a demanda, qualifica-a de acordo com a natureza e competência e, quando não o faz diretamente, envia à área competente para atendimento. Nesse processo, ainda acompanha o prazo de resposta pela área competente e avalia a qualidade de seu conteúdo em relação à comunicação. Por último, encaminha resposta ao cidadão.

Controle Público | Como é o trâmite das solicitações? O cidadão sempre tem retorno? Qual o tempo médio para a resposta?

Gavi | A Ouvidoria do TCE/SC faz um primeiro contato com o cidadão em até cinco dias úteis, dando ciência do recebimento e do encaminhamento dado à sua comunicação. Concluídos os procedimentos internos, é realizado um novo contato para indicação das providências finais adotadas ou para encaminhamento dos esclarecimentos solicitados, sempre havendo resposta à comunicação. A Ouvidoria visa atuar de maneira rápida e eficaz. Entretanto, as comunicações requerem um tempo diferente de resposta, dependendo de sua complexidade e dos encaminhamentos necessários até a conclusão. Portanto não é possível estabelecer um prazo médio de resposta. Todavia, nos casos de solicitações de informações, as respostas têm sido dadas o mais rápido possível. Pode-se dizer que não ultrapassam dois dias.

Controle Público | Quais unidades do TCE/SC que geralmente são envolvidas para atendimento das demandas?

Gavi | Além da própria Ouvidoria, responsável até o momento pela resposta de cerca de 50% dos casos — 53% para ser mais exato —, as demandas concluídas foram encaminhadas prevalentemente à Diretoria de Controle dos Municípios (11%), à Diretoria de Atos de Pessoal (11%), à Diretoria de Licitações e Contratações (11%) e à Diretoria de Controle da Administração Estadual (3%).

Controle Público | Qual é a principal demanda que a Ouvidoria tem recebido?

Gavi | Até o momento, cerca de metade das demandas dizem respeito à solicitação de informações.

Controle Público | Já houve mudança concreta em razão de mensagens do cidadão? Você poderia citar alguma?

Gavi | Por ser a instalação da Ouvidoria um fato recente no âmbito do Tribunal de Contas, ainda não foi possível identificar este fato. Entretanto, havendo uma efetiva participação dos cidadãos, que poderão contribuir com uma quantidade imensurável de informações para auxiliar a atividade de fiscalização desta Corte, é inquestionável que isto despertará nos agentes públicos maior senso de responsabilidade por suas ações, omissões e decisões.

Controle Público | Como você avalia o papel da Ouvidoria?

Gavi | De fundamental importância para o desenvolvimento da cidadania e para a melhoria da qualidade dos

serviços prestados à sociedade. Cabe lembrar que não se trata apenas de acolher comunicações referentes aos órgãos que nos são jurisdicionados, estando o próprio Tribunal de Contas sujeito a reclamações, críticas ou pedido de informações relacionadas aos seus serviços.

Controle Público | E a Ouvidoria faz alguma avaliação da satisfação dos cidadãos sobre o atendimento das demandas?

Gavi | Ainda não foi feita nenhuma pesquisa deste tipo, mas, certamente, após consolidado o funcionamento da Ouvidoria e adequadas as rotinas pertinentes, deverá ser considerada a possibilidade de se efetuar tal avaliação, obtendo-se dos usuários informações a respeito da qualidade dos nossos serviços, em termos de celeridade e atendimento às expectativas.

“A Ouvidoria do TCE/SC representa um canal de diálogo e interação com o cidadão em defesa dos princípios que devem prevalecer na Administração Pública, com o propósito de aprimorá-la e tornar a ação governamental mais transparente.”

A ética no serviço público

JÂNIO QUADROS

■ Quanto tempo mais teremos que suportar os absurdos cometidos por agentes públicos, como o escândalo envolvendo o Congresso Nacional, recentemente divulgado pela mídia? A ética deve nortear a atividade de qualquer profissional, principalmente a do servidor público, cuja remuneração é custeada pelos tributos pagos por todos nós. Portanto, o servidor público deve servir ao público e não a seus interesses pessoais ou particulares.

Tanto a Câmara quanto o Senado dispõem de conselho de ética em suas estruturas organizacionais. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é o órgão interno encarregado do procedimento disciplinar destinado à aplicação de penalidades nos casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar. Cabe ao Conselho, entre outras atribuições, zelar pela observância dos preceitos éticos, cuidando da preservação da dignidade parlamentar; instaurar processo disciplinar e proceder a atos necessários à sua instrução; responder consultas da Mesa, de comissões e de deputados sobre matéria de sua competência.

Sem entrar nos aspectos que envolvem a credibilidade e o *modus operandi* do Conselho de Ética do Parlamento Federal, muito pelo contrário, em tempos de escândalos e de atos de corrupção que em nosso País parecem crescer, seria de grande valia para a preservação do patrimônio público e a efetiva melhoria dos serviços públicos, que as estruturas organizacionais dos órgãos e das entida-

des da administração pública passassem a dispor de conselho/comitê/comissão/etc., com a função precípua de cultivar os bons costumes. Essa preocupação não existe atualmente. Funcionaria como se fosse um seminário permanente, atuando de forma autônoma e espontânea, sendo gerenciado pelos servidores e pelas autoridades. O objetivo seria a resolução de problemas que afetam o órgão/a entidade, bem como a divulgação, o debate e a promoção dos bons costumes morais, éticos e políticos.

Aliás, sobre bons costumes, adequado se faz trazer à tona os dez mandamentos da Ética que Gabriel Chalita enumera em sua obra literária: fazer o bem, agir com moderação, saber escolher, praticar as virtudes, viver a Justiça, valer-se da razão, valer-se do coração, ser amigo, cultivar o amor e ser feliz.

Na concepção de Chalita, a “Ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano”.

Já a experiência adquirida ao longo dos tempos de atuação no Tribunal de Contas de Santa Catarina permite afirmar que as formas adequadas e corretas de preservação do patrimônio e de prestação eficiente de serviços públicos passam necessariamente pelo efetivo cumprimento das leis. E que o atingimento de um nível de excelência nas ações desenvolvidas pela Administração Pública e pelos agentes públicos só será possível com debate e práticas permanentes da ética.

JÂNIO QUADROS
é auditor fiscal de
controle externo do
Tribunal de Contas
de Santa Catarina

TEMPO EDITORIAL



“O atingimento de um nível de excelência nas ações desenvolvidas pelos agentes públicos só será possível com debate e práticas permanentes da ética.”



VISITE O PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA.

www.tce.sc.gov.br

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA E FERRAMENTA PARA A CIDADANIA.

-  Diário Oficial Eletrônico
-  Processo On-line
-  Decisões em consultas
-  e-Sfinge
-  Certidão LRF
-  Pauta das sessões
-  Consulta de Processos
-  Contas Públicas
-  Legislação e Normas
-  Publicações

Enter 



Projeto de redesenho de processos está na terceira fase

Coleta de sugestões de melhorias dos atuais métodos é uma das atividades

■ O projeto de mapeamento e redesenho dos principais processos de controle externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina está na fase de coleta de sugestões de melhorias dos atuais métodos de trabalho adotados pelo Órgão. Sob a consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – vencedora da licitação para prestação dos serviços –, o projeto está entre as ações prioritárias previstas no Plano Estratégico 2008-2011, que serão executadas com recursos do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex). Com o redesenho, o TCE/SC espera reduzir o tempo de análise e o julgamento das matérias.

A terceira etapa iniciou, no dia 7 de julho, com a realização de oficinas cuja finalidade foi a de proporcionar um ambiente apropriado à elaboração e ao desenvolvimento dos trabalhos. Até 9 de julho, auditores substitutos de conselheiros, procuradores e servidores – um total de 99 representantes de todas as unidades envolvidas com as atividades – analisaram os 15 processos que já haviam sido mapeados na segunda fase. As discussões aconteceram no auditório da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), no centro de Florianópolis.

O supervisor técnico do projeto, diretor de Planejamento e Projetos Especiais (DPE) da Corte catarinense, Cláudio Cherem de Abreu, voltou a frisar que para atingir o sucesso desejado dos trabalhos é essencial o envolvimento de servidores da Secretaria Geral (SEG), das diretorias de Controle dos Municípios (DMU), da Administração Estadual (DCE), de Licitações e Contratações (DLC), de Atos de Pessoal (DAP), da Diretoria de Atividades Especiais (DAE), da Consultoria Geral, dos gabinetes dos conselheiros e auditores substitutos, e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

A manifestação do diretor da DPE foi reforçada pelo supervisor dos trabalhos de mapeamento e redesenho, auditor substituto de conselheiro Adircélio Moraes Ferreira Junior. “É muito importante a participação de todos do Órgão, pela magnitude e complexidade do projeto”, salientou. Além de Ferreira Junior e de Abreu, estão envolvidos nos trabalhos o auditor substituto Gerson dos Santos Sicca, o assessor da Presidência Neimar Paludo, e os auditores fiscais de controle externo Simone Cunha Farias, Adriana Luz e Moacir Bandeira Ribeiro.



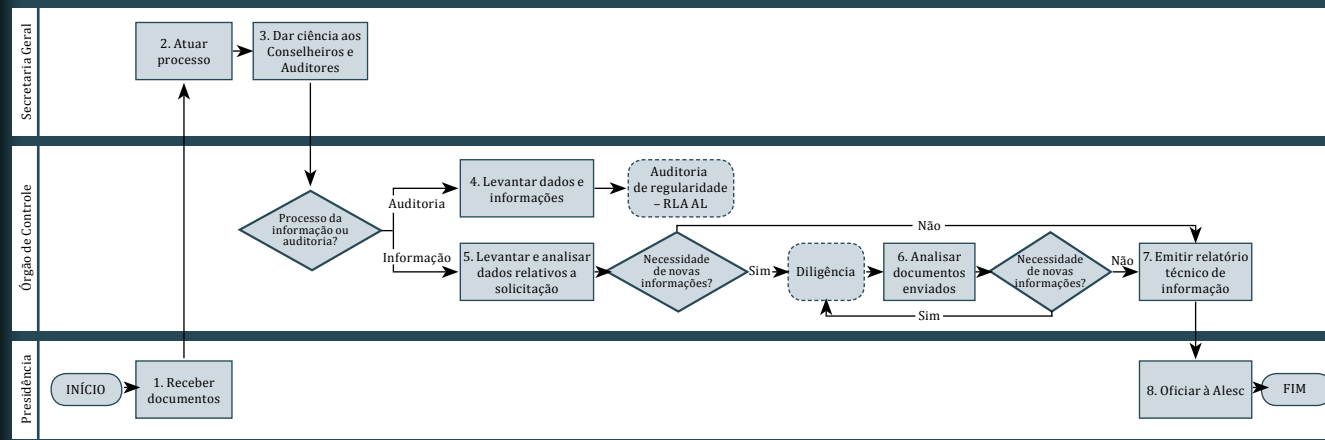
OFICINAS | participantes foram divididos em cinco grupos; cada grupo analisou três processos



PROCESSOS

1. Instrução e apreciação de contas anuais do Estado prestadas pelo governador.
2. Instrução e apreciação de contas anuais dos municípios prestadas pelos prefeitos.
3. Instrução e apreciação de denúncias e representações.
4. Instrução e apreciação de exame prévio de editais de licitação.
5. Instrução e apreciação para fins de registro de atos de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva, pensões e de admissão de pessoal.
6. Instrução e apreciação da fiscalização de atos e contratos administrativos.
7. Instrução e apreciação da fiscalização de órgãos e entidades jurisdicionadas ao TCE/SC, por meio de auditoria, inspeção ou outras formas.
8. Instrução e apreciação de pedidos da Assembleia Legislativa.
9. Instrução e julgamento de contas anuais de unidades gestoras.
10. Instrução e julgamento de agentes públicos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
11. Instrução e julgamento de tomada de contas especial.
12. Instrução e julgamento de prestação de contas de recursos repassados pelo Poder Público estadual e municipal a pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, a qualquer título e por qualquer meio.
13. Instrução e julgamento de recursos.
14. Instrução e decisão sobre consultas.
15. Monitoramento das decisões plenárias.

INSTRUÇÃO E APRECIÇÃO DE PEDIDOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



DOCUMENTO | fluxo de proposta de redesenho para processo de instrução e apreciação de pedidos da Assembleia Legislativa

Oficinas contribuem para aperfeiçoar trabalhos

Em cada dia de oficina (7, 8 e 9 de julho), os participantes foram distribuídos em cinco grupos para análise e sugestão de redesenho de um processo. Eles receberam dos consultores o fluxograma com o detalhamento das atividades, as matrizes SIPOC — formulário específico na gestão de processos —, de descrição de atividades e de pontos de melhoria, elaborados e validados na segunda fase do projeto, além dos novos formulários a serem preenchidos durante os trabalhos da oficina. A ideia era identificar a possibilidade de eliminação de retrabalho, a perda de qualidade nas saídas, as atividades desnecessárias ou pouco relevantes, os atrasos, acúmulos de serviços, altos custos, a qualidade deficiente, entre outros pontos fracos.

Tal análise é considerada essencial para que o Tribunal de Contas de Santa Catarina alcance os objetivos definidos no Plano Estratégico 2008-2011 e cumpra a sua missão institucional, privilegiando a utilização da tecnologia da informação, a redução do uso de papéis, o aumento da produtividade, a diminuição de custos e os aspectos inerentes à integração, ao controle e à padronização de processos.

Estes trabalhos foram coordenados pelos consultores da FGV, José Bento Carlos Amaral Junior — coordenador do projeto —, Adalberto Belluomini, Janaina Stanganelli, Marco Accioli e Nilson Brizoti.

MISSÃO

- Exercer o controle externo, por meio de ações de orientação e fiscalização, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão pública em benefício da sociedade catarinense.

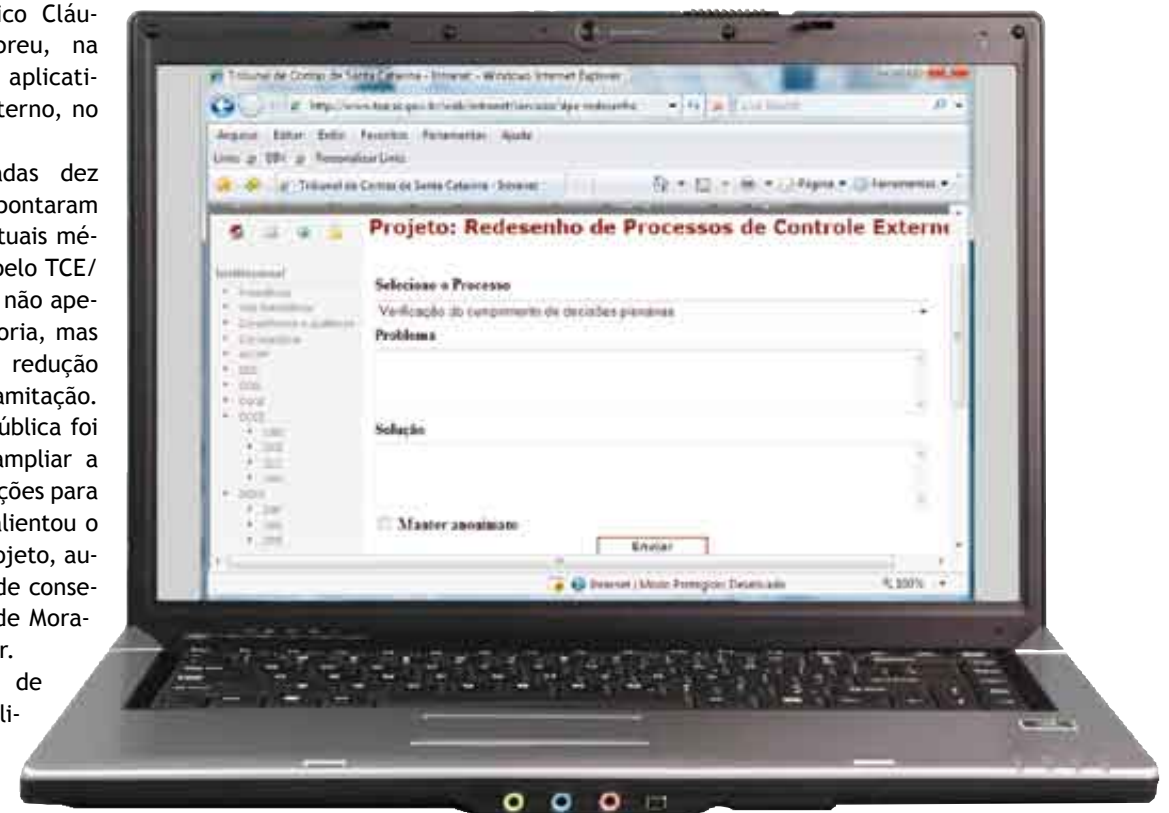
Consulta pública permitiu a participação dos servidores

Durante nove dias — entre 14 e 22 de julho —, a Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais (DPE) do Tribunal de Contas, com apoio da Diretoria de Informática, disponibilizou na Intranet do Órgão um formulário eletrônico, com o objetivo de permitir a todos os servidores da Instituição a apresentação de sugestões de melhorias dos atuais processos de controle. “A contribuição deve ser pró-ativa”, destacou o supervisor técnico Cláudio Cherem Abreu, na apresentação do aplicativo ao público interno, no dia 14 de julho.

Foram enviadas dez sugestões que apontaram problemas nos atuais métodos adotados pelo TCE/SC com soluções não apenas para a melhoria, mas também para a redução do tempo de tramitação. “Essa consulta pública foi essencial para ampliar a gama de informações para o redesenho”, salientou o supervisor do projeto, auditor substituto de conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior.

Automação de atividades, eliminação de retrabalho e de atividade,

acréscimo de atividade, padronização, realização de duas atividades ao mesmo tempo por unidades diferentes, acesso a informações foram os enfoques sugeridos para que a Corte de Contas cumpra a sua missão constitucional e alcance a visão de futuro. “A eficácia do Tribunal tem relação direta com a velocidade que trabalhamos, mas temos que nos preocupar com a qualidade”, enfatizou Abreu.



INTRANET | formulário disponibilizado abriu espaço para mais sugestões

VISÃO

- Ser reconhecido pela sociedade e pelos jurisdicionados, até 2011, como instituição de referência no controle da gestão pública, que prima pela qualidade, tempestividade, celeridade e uniformidade de suas decisões.

2ª OFICINA | servidores analisam material produzido entre os dias 7 e 9 de julho, identificam problemas e apresentam soluções



Nova oficina integra mais servidores ao processo

Ainda nessa terceira fase do projeto de redesenho foi realizada, entre os dias 28 e 30 de julho, uma segunda oficina com o objetivo de permitir que os participantes da anterior analisassem todas as propostas de redesenho produzidas, agregando-se análises técnicas efetuadas pela FGV e as contribuições obtidas através da consulta pública.

Segundo representantes da Fundação Getúlio Vargas e da Equipe Interna do TCE/SC (EI) envolvida no projeto, a criação de grupos de análise, com a participação de servidores de diversos perfis profissionais, possibilita a coleta de observações em todos os demais fluxos de forma sistêmica. “A presença e participação de todos aqueles que estiveram na primeira oficina é de extrema importância, assim como a de outras pessoas que podem contribuir com o objetivo maior desse projeto, ampliando os debates, as contribuições e a oportunidade de manifestação”, reafirmou o diretor Cláudio Cherem de Abreu, ao abrir os trabalhos no auditório da Unisul.

Provocar a análise crítica desses colaboradores, apontando para eventuais problemas ainda remanescentes e ou soluções não sugeridas; buscar sinergias entre as atividades e os fluxos; e proporcionar o retorno do que foi realizado na primeira oficina estão entre os resultados esperados pela FGV e pela Equipe Interna do Tribunal. “Essa etapa também deve gerar um ambiente ampliado de oportunidades para manifestações gerais e espontâneas e de discussões visando à aprovação das propostas e validação por esse grupo de pessoas”, destacou o consultor da Fundação, José Bento Amaral Júnior.

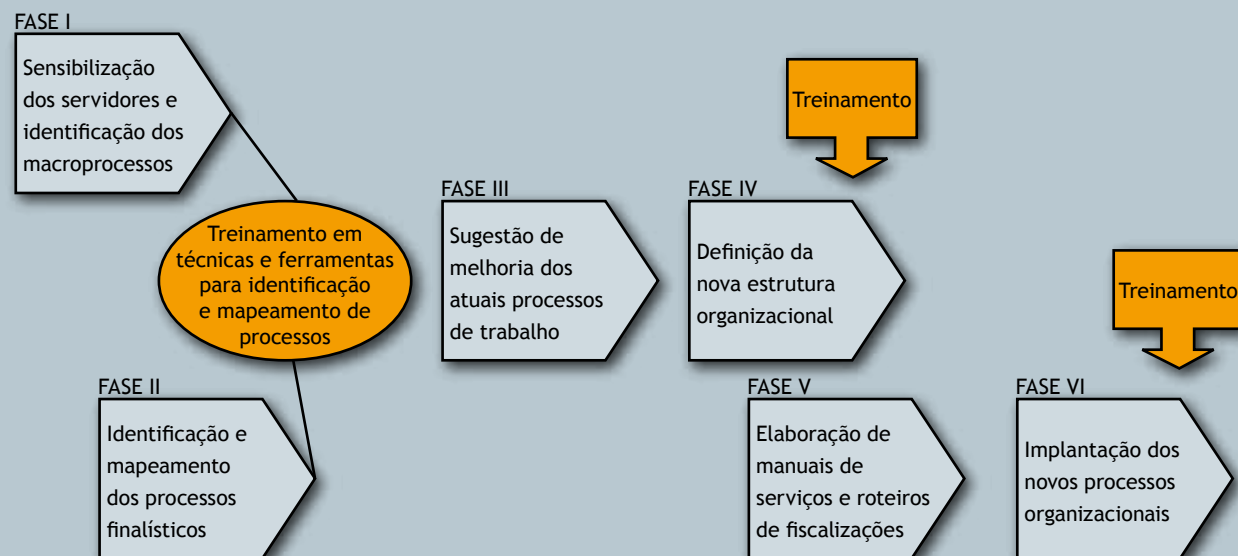
Ao final dos trabalhos, os fluxos controle externo que já tinham sido mapeados na segunda etapa do projeto foram redesenhados pelos 71 participantes da oficina – incluídos aí sete integrantes do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, entre eles o procurador geral Mauro André Flores Pedrozo e o procurador Aderson Flores –, tendo como principal enfoque a diminuição do tempo de tramitação do processo sem a perda de qualidade na instrução.



HISTÓRICO DOS TRABALHOS

- | | |
|---------------|--|
| 02 a 10/02 | Elaboração, discussão e aprovação do Plano de Ação. |
| 11/02 | Palestra de sensibilização dos servidores, com apresentação do projeto. |
| 17 e 18/02 | Capacitação de servidores para mapeamento de processos. |
| 19/02 a 16/03 | Identificação dos macroprocessos. |
| 20/03 a 03/06 | Mapeamento dos processos finalísticos do Tribunal. |
| 07/07 a 09/07 | 1ª oficina do Redesenho para coleta de sugestão de melhoria dos atuais processos de trabalho (99 participantes). |
| 13/07 a 24/07 | FGV e Equipe Interna do TCE/SC fazem análise da metodologia para dar continuidade aos trabalhos de redesenho dos processos finalísticos. |
| 14/07 | Explanção sobre o andamento das atividades do projeto referente aos processos finalísticos do TCE/SC. |
| 14 a 22/07 | Consulta pública interna para apresentação de sugestões de melhorias dos atuais processos de controle. |
| 28/07 a 30/07 | 2ª oficina do Redesenho para análise crítica do material discutido na 1ª oficina, identificação de eventuais problemas ainda remanescentes, apresentação de soluções não sugeridas, aprovação das propostas e validação pelos participantes da oficina (71 participantes). |

MAPA GERAL DO PROJETO TCE/SC E FGV



Procedimentos deverão ser adotados já no fim deste ano

Quando o projeto começar a ser colocado em prática — a previsão é que isso ocorra já no fim deste ano —, o Tribunal de Contas dará início à concretização da metodologia de trabalho de planejamento para estabelecer relação entre o estratégico e o operacional.

Mas antes do projeto ser validado pelo Pleno, ainda serão executadas outras três etapas. Na quarta fase será analisada a estrutura organizacional da área fim do Tribunal, com base nos processos redesenhados. Também será elaborada estratégia para o gerenciamento da mudança e desenvolvido um plano para implantação da nova estrutura e dos processos de trabalho analisados.

De acordo com o Plano de Ação da FGV, na quinta etapa, serão produzidos manuais de serviços e roteiros de fiscalizações. Além disso, serão preparados e realizados treinamentos da equipe indicada pela Unidade de Execução Local do Promoex sobre

as técnicas e normas e definidas e apresentadas as diretrizes e a estrutura do manual e roteiro.

Já a sexta e última fases prevêem a implantação dos novos processos organizacionais. Os consultores irão preparar e conduzir treinamentos para a formação de multiplicadores internos, com o objetivo de capacitá-los para os novos processos de trabalhos, além de realizar e acompanhar a implantação da nova estrutura e dos novos métodos de trabalho.

Vale destacar que o projeto para mapeamento e redesenho dos principais processos de controle externo do TCE/SC foi iniciado no dia 11 de fevereiro com a sensibilização dos servidores e a identificação dos macroprocessos. Na segunda fase foi feito um levantamento de como tramitam, efetivamente, os processos finalísticos, entre esses os que tratam das contas anuais do governo do Estado e dos municípios, de denúncias e de registro de atos de aposentadorias.

ETAPAS REALIZADAS

1. Sensibilização dos servidores e identificação dos macroprocessos

- Apresentação do projeto aos servidores no dia 11 de fevereiro, na sede do Tribunal.
- Realização de treinamento nos dias 17 e 18 de fevereiro.

2. Identificação e mapeamento dos processos finalísticos

- Mapeamento e validação dos atuais processos e atividades finalísticas do TCE/SC entre os dias 20 de março e 3 de junho.
- Apresentação de descrição, entradas e respectivos fornecedores, saídas e respectivos clientes, fluxogramas, indicadores e meios de verificação.

SAIBA MAIS

- O redesenho dos procedimentos de controle externo é um dos subcomponentes do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), que deve ser executado por todos os tribunais de contas que aderiram ao Programa — um total de 30. Vale lembrar que, em 2002, a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA/USP), fez um diagnóstico sobre os trabalhos dos TCs e recomendou às cortes de contas a revisão de seus procedimentos de controle externo.
- O programa, co-financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, pelo Instituto Rui Barbosa — associação civil dos tribunais de contas do País — e pela Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A obrigação de prestar contas

ELÓIA ROSA DA SILVA

■ A prestação de contas é uma obrigação imposta a todos os que gerem recursos de terceiros, porém assume um significado mais relevante na Administração Pública porque a ela compete executar os orçamentos públicos e gerir com cuidado os recursos que o cidadão entrega ao Estado sob a forma de tributo. Tem por finalidade informar à coletividade o resultado da gestão pública, permitindo ao povo avaliar o comportamento do agente político, por ele eleito, na administração e conservação do dinheiro e dos bens que compõem o patrimônio público. Nesse sentido, a obrigação de prestar contas também tem por finalidade limitar o poder estatal impondo àqueles que agem em nome do Estado o dever de administrar os recursos públicos, segundo as normas e os princípios da boa administração.

A obrigação de prestar contas dos recursos públicos já constava, na França, em 1789, da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cujo art. 15 estabelece que “a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração”. No Brasil, foi elevada à categoria de princípio, consolidado no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, tem o dever de prestar contas da sua correta aplicação.

A omissão no dever de prestar contas pode caracterizar improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública (art. 11, VI, da Lei nº 8.429/92); crime de responsabilidade do Prefeito (art. 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/67) e do Governador (art. 9º, c/c art. 74, da Lei nº 1.079/50) e causa para intervenção do Estado no Município (art. 11, II, da Constituição do Estado).

Compete à Assembleia Legislativa, na condição de órgão julgador, proceder à tomada de contas do Governador quando este não apresentar as contas anuais no prazo constitucional (CE, art. 40, XVII) e à Câmara de Vereadores quando o Prefeito deixar de apresentá-la no prazo estabelecido na respectiva lei orgânica.

A omissão dos demais administradores públicos implica na instauração de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas, órgão competente para o julgamento da prestação de contas dos administradores de recursos públicos. A instauração da tomada de contas pelo Poder Legislativo, nas esferas estadual e municipal, e pelo Tribunal de Contas não impede o ajuizamento das ações civis correspondentes pelo Ministério Público.

Concluindo, fica evidenciada a importância que a prestação de contas assume nos estados democráticos de direito, não só para o administrador público que tem a expectativa de ver suas contas julgadas pelos órgãos competentes, como para o cidadão que tem o direito de receber informações sobre a boa e regular gestão dos recursos públicos.



“Permite ao povo avaliar o comportamento do agente político, por ele eleito, na administração e conservação do dinheiro e dos bens que compõem o patrimônio público.”

ELÓIA ROSA DA SILVA é consultora geral do Tribunal de Contas de Santa Catarina





Parecer prévio recomenda a exclusão de gastos com inativos

Aplicação mínima na educação e na saúde foi atingida com a contabilização dos aposentados

SESSÃO | Pleno aprova as contas/2008 do Governo do Estado com seis ressalvas e 12 recomendações no dia 1º de junho

O Governo do Estado continua considerando os gastos com inativos para cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos previstos na Constituição Federal de 25% e 12% das receitas de impostos e transferências arrecadadas na manutenção e no desenvolvimento da educação e em ações e serviços públicos de saúde, respectivamente. Estas foram duas das sete ressalvas feitas pelo Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ao emitir o parecer prévio pela aprovação das contas/2008 do Executivo, durante a sessão extraordinária realizada no dia 1º de junho.

O Tribunal catarinense vem aceitando tal inclusão diante das dificuldades financeiras do Estado e da necessidade de aporte mensal de recursos para cobertura de déficit da Previdência. Nos pareceres prévios das contas de 2006 e 2007, já havia alerta-

do para a necessidade da exclusão gradual dessas despesas do cálculo do percentual constitucional e, embora o Governo venha fazendo a exclusão, o Pleno voltou a ressaltar tal situação e a recomendar que o Executivo continue retirando os gastos com inativos para efeito de cálculo dos percentuais mínimos a serem aplicados em educação e saúde.

De acordo com o relator do processo (PCG 09/00154012), conselheiro Salomão Ribas Junior, a receita de impostos e transferências arrecadadas no exercício de 2008 atingiu o montante de R\$ 7,5 bilhões. Sem a contabilização dos gastos com inativos, na educação deveriam ter sido aplicados pelo menos R\$ 1,8 bilhão e na saúde, R\$ 906,4 milhões. Mas, segundo apurou o TCE/SC, foram destinados ao ensino R\$ 1,6 bilhão – 21,82% do mínimo constitucional – e à saúde, R\$ 880,4 milhões – 11,66%.

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE



FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO



FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

Considerando os gastos com inativos, os percentuais aumentaram e, consequentemente, fizeram com que o Governo cumprisse a aplicação mínima determinada pela Constituição Federal. Na saúde, as despesas com inativos realizadas pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev) somaram R\$ 65,1 milhões – elevando o percentual para 12,52 das receitas de impostos e transferências arrecadadas. Já na educação, os R\$ 291,8 milhões destinados aos aposentados aumentaram o percentual para 25,68 do mínimo constitucional.

A redução dos gastos com inativos para efeito de cálculo dos percentuais mínimos a serem aplicados nas áreas da educação e da saúde estão entre as 12 recomendações feitas pelo Pleno ao Governo do Estado.

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS ARRECADADAS QUE INCIDEM NA BASE DE CÁLCULO

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).
- Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).
- Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- Desoneração dos produtos de exportação do ICMS.
- Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados pelos Exportadores (IPI-Exportação).

Obs. | Das receitas são deduzidos os repasses aos municípios do ICMS, IPVA e IPI-Exportação.

FONTE | Relatório da Divisão de Contas do Governo da Diretoria de Controle da Administração Estadual do TCE/SC.

Estado tem prejuízo de R\$ 96,2 milhões nas empresas

A Diretoria de Controle da Administração Estadual (DCE) do Tribunal de Contas de Santa Catarina apresentou um fato novo em relação às empresas públicas. Do total auferido pelas 11 empresas lucrativas – R\$ 606.251.111,00 –, o Estado obtém apenas R\$ 290.831.624,91 deste lucro – 47,97%. Já no caso das oito empresas que apresentaram prejuízo – num total de R\$ 315.419.486,00 –, o Governo arcou com quase 100% do valor, acumulando o prejuízo de R\$ 96.225.142,24.

Ao ler o seu relatório, o conselheiro Salomão Ribas Junior destacou que das empresas com resultados positivos expressivos – como a Celesc Holding, Celesc Distribuição, Celesc Geração, SCGas e

Casan, responsáveis por 81,04% do lucro total das 11 empresas –, o Estado detém participação acionária reduzida. No caso da Celesc Holding e suas subsidiárias a participação é de cerca de 20%; da SCGas, de 3,4%; e da Casan, de 86%.

Levantamento da área técnica demonstra que a participação do Estado é massiva nas empresas com resultado negativo – como a Invesc, Cidasc e Santur. Segundo a DCE, das empresas com apuração de prejuízo, a menor participação é na Ceasa, com 92,3%. “Antes, era contabilizado o resultado total das empresas e não a participação do Estado neste resultado, o que gerava uma falsa ideia de lucro”, enfatizou o conselheiro Ribas Jr.

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO NAS EMPRESAS



FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

EMPRESAS QUE APRESENTARAM LUCRO

1. Celesc S.A. Holding
2. Celesc Distribuição
3. Badesc
4. Celesc Geração
5. SCGas
6. SC Parcerias
7. Codesc
8. Casan
9. Cohab
10. Ciasc
11. Epagri

FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

EMPRESAS QUE APRESENTARAM PREJUÍZO

1. Invesc
2. Cidasc
3. Santur
4. Ceasa
5. Bescor
6. Codisc
7. IAZPE
8. Refloresc

FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

RECOMENDAÇÕES

1. Exclusão dos gastos com inativos do mínimo exigido em ensino: que seja mantida, no exercício de 2009, a redução dos gastos com inativos para efeito de cálculo da aplicação do mínimo de 25% das receitas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
2. Exclusão dos gastos com inativos do mínimo exigido em saúde: que seja mantida, no exercício de 2009, a redução dos gastos com inativos para efeito de cálculo da aplicação do mínimo de 12% das receitas de impostos em ações e serviços públicos de saúde.
3. Aperfeiçoamento no sistema de planejamento: que o PPA, a LDO e a LOA guardem compatibilidade entre si e que as metas físicas e financeiras observem a realidade financeira do Estado.
4. Créditos tributários: empenho efetivo para a cobrança dos créditos tributários, considerando a constante evolução do seu estoque.
5. Salário-educação: que os recursos arrecadados no exercício sejam aplicados no mesmo ano, evitando a ocorrência de sucessivos e expressivos superávits financeiros nessa fonte.
6. Dívida da Invesc: estabelecer políticas para a solução do crescente prejuízo gerado todos os anos.
7. Empresas: agilizar os processos de liquidação da CODISC e REFLORESC para evitar a acumulação de prejuízos.
8. Despesas liquidadas: cancelar despesas liquidadas somente em casos excepcionais e devidamente justificados.
9. Bens patrimoniais: reavaliar os bens móveis e imóveis do Estado, para que a contabilidade evidencie a sua correta composição patrimonial.
10. Prestação de contas: reavaliar a composição da prestação de contas para incluir dados e indicadores de desempenho da gestão pública e do desenvolvimento econômico e social do Estado.
11. Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (Seitec): rever mecanismos de controle.
12. Prestação de serviços públicos: avaliar a sistemática, quanto à regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia.

FONTE | Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Santa Catarina nº 263, de 3 de junho de 2009.

RESSALVAS

1. Inativos da educação: inclusão dos gastos com inativos para efeito de cálculo da aplicação mínima de 25% das receitas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
2. Inativos da saúde: inclusão dos gastos com inativos para efeito de cálculo da aplicação mínima de 12% das receitas de impostos em ações e serviços públicos de saúde.
3. Fato econômico não registrado: ausência de registro contábil de dívida para com a Defensoria Dativa, no valor de R\$ 58 milhões.
4. Fato econômico registrado de forma imprópria: contabilização dos precatórios a pagar no Passivo Permanente.
5. Aplicação a menor no ensino superior: reincidência quanto a não aplicação do mínimo exigido em assistência financeira a alunos do ensino superior.
6. Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (Seitec): vinculação de receitas de impostos a fundos, contabilização incorreta de receita tributária arrecadada pelos fundos como contribuição.
7. Recursos do Fundeb: não aplicação, até março de 2008, dos recursos remanescentes do exercício 2007.

FONTE | Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Santa Catarina nº 263, de 3 de junho de 2009.



ILHOTA | município do Vale do Itajaí, no dia 24 de novembro

IMPrensa/GOVERNO DO ESTADO

Relator pede controle do dinheiro recebido após chuvas

Durante a sessão extraordinária para apreciação das contas/2008, o relator Salomão Ribas Junior pediu que o Executivo fizesse um controle rigoroso do dinheiro recebido pelo Estado — um total de R\$ 544,5 milhões — após as chuvas que assolaram municípios de Santa Catarina — principalmente as cidades do litoral Norte e do Vale do Itajaí —, em novembro de 2008.

No final do ano passado, o Governo recebeu R\$ 155,1 milhões da União e R\$ 29,2 milhões de doações de particulares por causa das calamidades ocorridas. Também, em função das enchentes, a União antecipou R\$ 376,6 milhões referentes a recursos provenientes da federalização do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev).

CALAMIDADES	
■ FONTES	■ VALORES
Repasses da União	R\$ 138.807.805,06
Doações de particulares	R\$ 29.082.425,26
Antecipações ao IPREV	R\$ 376.655.477,45
Total	R\$ 544.545.707,77

FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

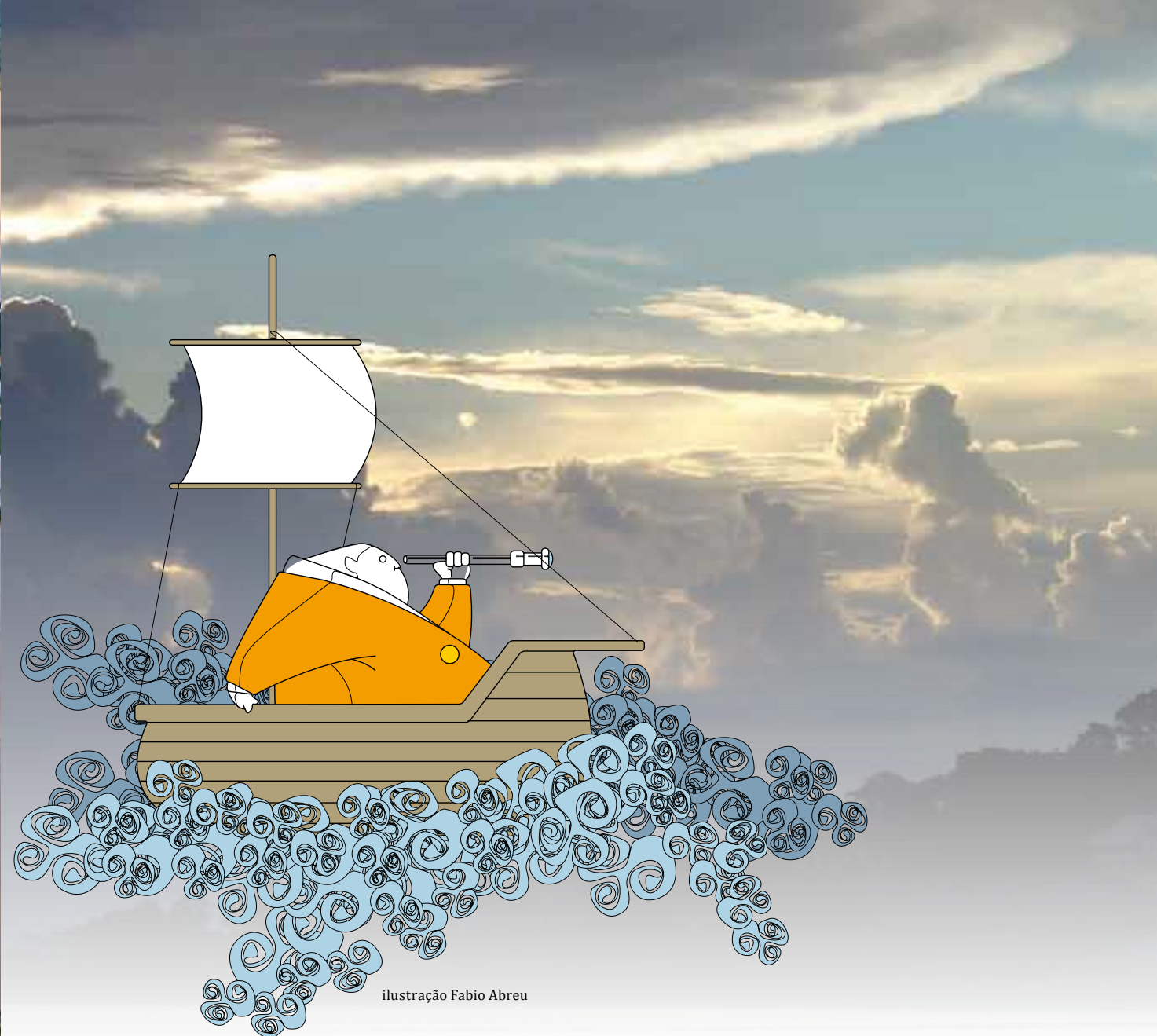


ilustração Fabio Abreu

Planejamento da administração deve ser aperfeiçoado

Outra recomendação feita no parecer prévio é para que o Governo aperfeiçoe o planejamento da administração. O Tribunal de Contas aponta a necessidade de o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) serem compatíveis entre si. Além disso, as metas físicas e financeiras devem observar a realidade das finanças do Estado, considerando as efetivas realizações ocorridas nos anos anteriores.

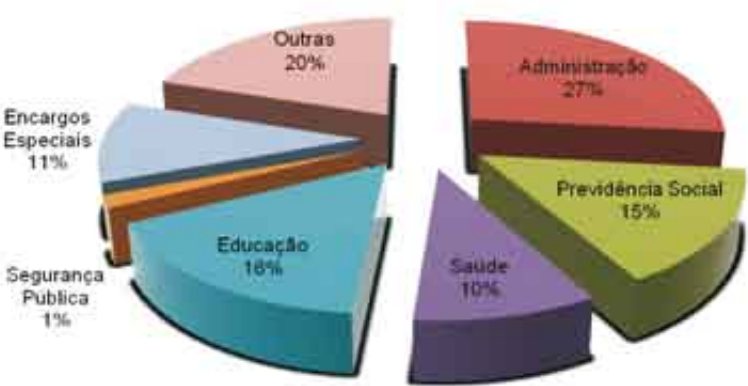
Durante a sessão extraordinária, o presidente do TCE/SC, conselheiro José Carlos Pacheco, enfatizou que a definição de um rumo não é essencial apenas para os barcos, mas, também, para governos. “Afinal, seguindo metas traçadas antecipadamente, gestores públicos podem enfrentar

tormentas — queda de arrecadação, crescimento acima do previsto de algumas despesas, entre outras —, mas jamais ficarão paralisados diante de fatos inesperados”.

Além do aperfeiçoamento do planejamento, o Tribunal de Contas sugere que o Governo reveja a composição da prestação de contas para incluir dados e indicadores de desempenho da gestão pública e do desenvolvimento econômico e social do Estado. O Executivo também deve avaliar se a prestação de serviços públicos tem sido adequada, ou seja, se satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, conforme preceitua a Lei Complementar nº 381/07.

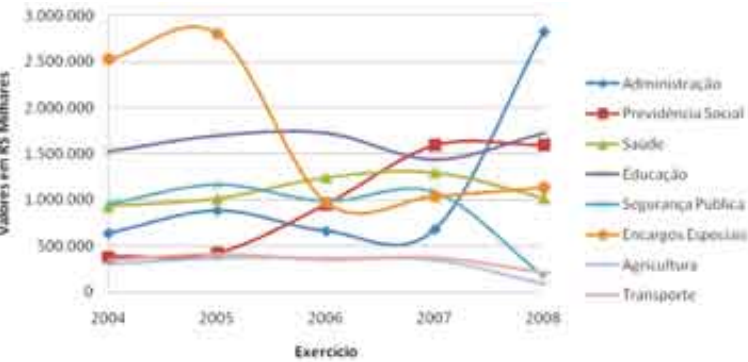
CONTAS/2007 | deficiências também foram constatadas

DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO — EXERCÍCIO 2008



FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES



FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
PODERES E ÓRGÃO	VALOR (em milhões de R\$)	PERCENTUAL
Assembleia Legislativa	282,7	2,7
Tribunal de Contas	106,7	1,0
Tribunal de Justiça	763,4	7,2
Ministério Público	263,2	2,5
Poder Executivo	9.168,7	86,7
TOTAL	10.584,7	100,00

FONTE | Relatório do conselheiro Salomão Ribas Junior.

Despesa do Governo foi de R\$ 10,6 bilhões

Em 2008, o Governo do Estado — poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas — gastou R\$ 10,6 bilhões, R\$ 1,8 bilhão a menos do valor autorizado para o exercício. O conselheiro Salomão Ribas Junior destacou que tal economia aconteceu, em parte, por “deficiências no planejamento orçamentário e não por economia propriamente dita”. Do total da Despesa Orçamentária do Estado, o Executivo executou 86,7% (R\$ 9,1 bilhões); o Judiciário 7,2% (R\$ 763,4 milhões); o Legislativo 2,7% (R\$ 282,7 milhões); o Ministério Público 2,5% (R\$ 263,2 milhões); e o Tribunal de Contas 1% (R\$ 106,7 milhões).

Para atendimento das necessidades da sociedade, a área do Governo que teve a maior destinação de recursos foi a administração — foram aplicados R\$ 2,8 bilhões, equivalentes a 26,7% da despesa total realizada. À educação foi destinado R\$ 1,7 bilhão (16,3%); à previdência social R\$ 1,6 bilhão (15,1%); aos encargos especiais R\$ 1,1 bilhão (10,7%); e à saúde R\$ 1 bilhão (9,6%).

Na análise das despesas por função de governo, a área técnica verificou a queda de 84,4% nas despesas realizadas na segurança pública em relação ao exercício de 2007. De acordo com os registros contábeis, foram gastos R\$ 170 milhões — 1,6% do total. Outras funções com significativa redução na aplicação de recursos foram a agricultura — R\$ 84,8 milhões — e o transporte —R\$ 212,4 milhões —, cujos gastos significaram quedas de 75,6% e 43%, respectivamente.

“Tais situações podem ter decorrido em face das mudanças adotadas na classificação da despesa pública do Estado, na qual gastos relacionados à folha de pagamento de diversas áreas foram classificados na função administração”, destacou Ribas Jr., acrescentando que o “procedimento prejudicou a avaliação da aplicação de recursos em vários setores do Governo, notadamente a segurança pública, principal anseio da sociedade”.

O relatório do conselheiro Salomão aponta que a educação foi a função de governo com maior crescimento, seguido dos encargos especiais — função ligada ao serviço da dívida (juros, encargos e amortizações) e às transferências de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos e municípios — e da administração.

REGULARIZAÇÃO DE RESSALVAS FORMULADAS NAS CONTAS DO EXERCÍCIO 2007



Cumprimento de ressalvas e recomendações é avaliado

A análise do Tribunal de Contas de Santa Catarina também compreendeu a verificação dos procedimentos adotados pela Administração Estadual para sanar as seis ressalvas e 12 recomendações apontadas nas contas/2007 no ano passado.

Das ressalvas feitas, apenas uma foi parcialmente regularizada: a relacionada ao Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (Seitec). No que diz respeito à utilização de recursos do Funcultural pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, o relator Salomão Ribas Jr. entendeu que a sua aplicação ocorreu em ações vinculadas diretamente aos objetivos do Sitec.

Já com relação às recomendações, a regularização foi maior. Foi adotado procedimento para ade-

quar o Plano Plurianual 2008-2011 à capacidade de execução financeira do Estado; realizado novo cálculo atuarial, considerando os dados relativos aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público; e excluída a exigência de captação direta pelo proponente para aprovação do projeto apresentado, após a alteração da Lei Estadual nº 13.336/05, que trata do Sitec.

Outras medidas referentes ao atendimento das recomendações estão em fase de implementação, como é o caso da melhoria na cobrança dos valores da dívida ativa, ações para a liquidação da Reflorestadora Santa Catarina S.A. (Refloresc) e para a reavaliação patrimonial dos bens móveis e imóveis do Estado.

ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÕES FORMULADAS NAS CONTAS DO EXERCÍCIO 2007



PLENO | até dia 19 de agosto foram apreciadas as contas de dez municípios; balanços dos outros 283 têm que ser julgados ainda este ano

Primeiro parecer prévio do exercício 2008 foi emitido em julho

Órgão recomenda a aprovação das contas do município de Schroeder com ressalva e recomendações

O Tribunal de Contas de Santa Catarina iniciou, no mês de julho, a emissão de pareceres prévios referentes a contas municipais do exercício de 2008. Na sessão do dia 13, o Pleno apreciou o primeiro balanço, recomendando a aprovação das contas da prefeitura de Schroeder, município localizado no Norte catarinense. O Parecer Prévio nº 001/09, emitido com base na proposta de voto do relator do processo (PCP 09/00189665), conselheiro Otávio Gilson dos Santos, faz uma ressalva à abertura de créditos adicionais especiais, no montante de R\$ 20.200,00, sem lei autorizativa específica.

Além disso, a decisão recomenda que o chefe do Executivo evite o não atingimento da meta de resultado primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observe os prazos de remessa dos relatórios de controle interno e do parecer do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Até o dia 19 de agosto, o TCE/SC apreciou as contas/2008 de dez municípios. Em todos os processos, o Pleno recomendou às câmaras de vereadores a aprovação dos balanços.

CONTAS APRECIADAS

- | | |
|---|---|
| 1. Schroeder (PCP 09/00189665) | 6. Itá (PCP 09/00160250) |
| 2. Fraiburgo (PCP 09/00244780) | 7. Abdon Batista (PCP 09/00144726) |
| 3. Presidente Castello Branco (PCP 09/00119705) | 8. Flor do Sertão (PCP 09/00265868) |
| 4. Tigrinhos (PCP 09/00144483) | 9. Pedras Grandes (PCP 09/00159596) |
| 5. Santa Rosa do Sul (PCP 09/00190329) | 10. São Lourenço do Oeste (PCP 09/00178540) |

FATORES QUE DETERMINAM A REJEIÇÃO, COM BASE NA PORTARIA Nº TC-233/03

- Ocorrência de déficit orçamentário.
- Não aplicação do percentual mínimo de 15% das receitas de impostos em ações e serviços públicos de saúde.
- Não aplicação do percentual mínimo de 25% das receitas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- Contração de obrigação de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato do prefeito (art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal).



DMU | relatórios técnicos fundamentam pareceres prévios

Quatro fatores podem levar à rejeição

Para a análise das contas/2008 dos 293 municípios catarinenses, o TCE/SC ainda está utilizando os critérios definidos pela Portaria nº 233/03 para recomendar a aprovação ou rejeição. A partir do ano que vem, quando serão apreciados os balanços do exercício de 2009, mais 11 irregularidades poderão levar o Pleno a emitir parecer negativo, conforme a Decisão Normativa nº TC-06/08.

Até o dia 24 de agosto, a Diretoria de Controle dos Municípios (DMU) já havia analisado os balanços de 159 cidades, incluídos aí o dos municípios de Schroeder, Fraiburgo, Presidente Castello Branco, Tigrinhos, Santa Rosa do Sul, Itá, Abdon Batista, Flor do Sertão, Pedras Grandes e São Lourenço do Oeste. A deliberação das matérias pelo Pleno depende ainda dos pareceres do Ministério Público junto ao Tribunal (MP/TCE) e dos relatores.

Dos balanços analisados pela área técnica, 123 foram encaminhados ao MP/TCE e outros 36 aos relatores para abertura de prazo à manifestação dos responsáveis. A DMU verificou restrições que podem levar à rejeição das contas, especialmente relacionadas à não aplicação do percentual mínimo de 15% na Saúde e de 25% na Educação, e ao déficit orçamentário. Após a apresentação de justificativas, os processos voltam a ser analisados pela área técnica.

A importância da análise foi destacada pelo diretor de Controle dos Municípios, Geraldo José Gomes. “Esse esforço resulta não apenas no cumprimento do prazo constitucional para emissão do parecer prévio. É também uma forma de demonstrar ao poder legislativo municipal, de maneira objetiva e efetiva, a gestão do município no exercício.”

FATORES QUE DETERMINAM A REJEIÇÃO, COM BASE NA DECISÃO NORMATIVA Nº TC-06/08

- | | |
|---|--|
| ■ Ocorrência de déficit orçamentário. | ■ Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários e adicionais. |
| ■ Não aplicação do percentual mínimo de 15% das receitas de impostos em ações e serviços públicos de saúde. | ■ Abertura de créditos suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes. |
| ■ Não aplicação do percentual mínimo de 25% das receitas de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. | ■ Transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa. |
| ■ Não aplicação de pelo menos 60% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). | ■ Utilização de créditos adicionais baseada em autorização legislativa para abertura de créditos adicionais ilimitados. |
| ■ Não utilização de 95% do total de recursos, recebidos no exercício, na manutenção e no desenvolvimento da educação básica. | ■ Abertura de créditos adicionais por conta de recursos: do excesso de arrecadação ou do superávit financeiro do exercício anterior inexistentes, de operações de crédito não autorizadas, de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias e de créditos adicionais ou de operações de crédito não autorizadas. |
| ■ Contração de obrigação de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato do prefeito (artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal). | ■ Despesas com pessoal do Executivo acima do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem a eliminação do percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes. |
| ■ Ausência de efetiva atuação do sistema de controle interno. | |
| ■ Ausência de remessa de dados eletrônicos através do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge). | |
| ■ Encaminhamento do balanço anual consolidado com a demonstração inadequada dos saldos contábeis. | |

Nove anos da Lei de Responsabilidade Fiscal

GERALDO JOSÉ GOMES

■ Administrações públicas endividadas, poucos investimentos realizados e mandatos inteiros sendo utilizados para apenas tentar manter o mínimo necessário para a sociedade local. Essas eram algumas das realidades de milhares de municípios brasileiros no século passado.

Em maio de 2000, a moralização das finanças públicas começou a ter força legal, com a aprovação da Lei Complementar nº 101/00 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, que regulamentou os arts. 163, 164 e 169 da Constituição Federal.

A fragilidade era evidente antes da LRF, sendo que apenas a regra prevista no art. 59 da Lei nº 4.320/64 fazia referência a final de mandato. A Lei dos Orçamentos Públicos exigia a limitação dos empenhos ao duodécimo orçamentário apenas no último mês do último ano do mandato. O administrador poderia, e efetivamente ocorria em muitos municípios, endividar o ente nos três anos e 11 meses anteriores.

Em 2000, final de mandato dos prefeitos, o Tribunal de Contas de Santa Catarina constatou em 197 do total de 293 municípios o descumprimento do art. 42 da LRF, que veda contrair obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres, exceto se houver o pagamento dentro do mandato ou que recursos financeiros sejam deixados para a próxima gestão.

A irresponsabilidade financeira comum no passado está ausente, cada vez mais, após 4 de maio de 2000, graças a procedimentos exigidos pela LRF, como o planejamento, com a indicação de metas, e a obrigatoriedade de limitar despesas e movimentações financeiras na mesma proporção do não atingimento dos resultados primário e nominal ao final de cada bimestre.



Os resultados foram verificados no exercício de 2004, o último do mandato, quando o TCE/SC identificou menos de 70 municípios afrontando o dispositivo legal e a consequente otimização dos recursos em prol dos investimentos reinvidicados pelos munícipes.

Neste exercício, o Tribunal de Contas estará emitindo o parecer prévio das contas de 2008, o terceiro final de mandato na era LRF, cuja estimativa, pelo que se identificou em 70% dos municípios já analisados, é de que 12% das cidades catarinenses descumpram a regra do art. 42.

Não há dúvidas que ocorreu evolução não apenas na moralização das finanças públicas como também na consciência dos administradores municipais, constatada nas declarações destes quando justificam a impossibilidade de realizar gastos que antes da LRF ocorriam sem qualquer planejamento, como o excesso de pessoal.

Para os tribunais de contas, a motivação para fiscalizar o equilíbrio orçamentário e financeiro aumentou na mesma proporção que os instrumentos da Lei Complementar nº 101/00 contribuem para a redução das irregularidades praticadas contra as finanças públicas.

Além de alertar aos fiscalizados quando limites legais estiverem próximos do descumprimento ou da necessidade de limitar empenhos, o art. 59 deu às Cortes de Contas a possibilidade de utilizar estes alertas quando a análise das contas anuais identificar déficits orçamentários e financeiros.

Novos mandatos estão sendo iniciados por todo País e, dos eleitos, espera-se o empenho para manutenção ou aperfeiçoamento das regras moralizadoras trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

GERALDO JOSÉ GOMES é diretor de Controle dos Municípios do Tribunal de Contas de Santa Catarina



“A irresponsabilidade financeira comum no passado está ausente, cada vez mais, após 4 de maio de 2000, graças a procedimentos exigidos pela LRF, como o planejamento.”



PROCESSO ON-LINE

Qualquer cidadão poderá fazer o cadastro e acompanhar processos de seu interesse.



Acesso, por e-mail, de informações atualizadas sobre a tramitação das matérias no TCE/SC.

Saiba mais, no Sistema de Processo On-line, disponível no site www.tce.sc.gov.br.





Herneus de Nadal assume o cargo de conselheiro do TCE/SC

Novo integrante do Corpo Deliberativo ocupa a vaga aberta com a aposentadoria voluntária de Moacir Bertoli

SOLENIDADE | sessão especial foi prestigiada por cerca de 450 pessoas, entre autoridades, familiares e amigos

■ O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, José Carlos Pacheco, empossou, no dia 20 de julho, Herneus João de Nadal no cargo de conselheiro do Órgão. Durante a sessão especial, prestigiada por cerca de 450 pessoas, o novo integrante do Corpo Deliberativo declarou que chega ao TCE/SC para contribuir com a missão constitucional da Instituição de exercer o controle externo da gestão pública. “Minha presença neste Tribunal de Contas implica a continuidade da prestação de serviço à sociedade catarinense”, enfatizou Nadal, que iniciou na vida pública, no início dos anos 80, como prefeito do município de Caibi, no Oeste catarinense, e que antes de tomar posse como conselheiro exercia o quinto mandato de deputado estadual.

O novo conselheiro — o oitavo a assumir o cargo depois da Constituição Estadual de 1989 — foi escolhido pela Assembleia Legislativa, no dia 28 de

abril, por 35 votos contra três, para ocupar a vaga aberta com a aposentadoria voluntária de Moacir Bertoli no dia 3 de março. O ato de nomeação nº 815 foi assinado pelo governador Luiz Henrique da Silveira e publicado no Diário Oficial nº 18.611, de 25 de maio, que circulou em 29 de maio. “É um dia de glória para o Tribunal de Contas, pois faz mais de três anos da última posse de um conselheiro”, lembrou o presidente Pacheco, referindo-se à posse de César Filomeno Fontes, em outubro de 2005.

Herneus de Nadal assume o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina convicto da importância da atuação do Órgão na fiscalização do uso dos recursos públicos que os cidadãos entregam aos governos do Estado e dos 293 municípios catarinenses na forma de impostos. “O controle externo confere à gestão pública concretude, eficácia e efetividade”, afirmou.



COMPROMISSO | assinatura do termo de posse

CURRÍCULO

- Herneus de Nadal, natural de Palmitos (SC), é advogado.
- Em 1982, foi eleito prefeito de Caibi, município do Oeste catarinense, distante 650 quilômetros da Capital.
- Foi deputado estadual por cinco mandatos consecutivos: 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.
- Participou das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Legislação Participativa, e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Atuou ainda nas comissões de Agricultura, de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos, além de ter representado o Parlamento em missões cooperativas internacionais.
- Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa, de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007.

CONSELHEIROS | Herneus de Nadal e Moacir Bertoli

A ESCOLHA

- Três conselheiros — terceira, sexta e sétima vagas — são escolhidos pelo Governador, com a aprovação da Assembleia, sendo dois, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto ao TCE/SC, “indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento”.
- A escolha dos outros quatro — para primeira, segunda, quarta e quinta vagas — cabe à Assembleia Legislativa.
- De acordo com os requisitos constitucionais, só serão nomeados brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, e que tenham exercido, por mais de dez anos, função pública ou atividade profissional que exija tais conhecimentos.
- Os conselheiros têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, como mandato vitalício e não podem se dedicar à atividade político-partidária.

FONTE | Constituição Estadual de 1989.





MESA | conselheiros do TCE/SC; chefes dos Executivos estadual e de Florianópolis, do Legislativo e do Judiciário catarinense; representantes do MP e das Câmaras da Capital e Federal; e ministro do TCU

Principais autoridades do Estado participam da cerimônia

As principais autoridades do Estado prestigiaram a posse de Herneus de Nadal. Além dos conselheiros José Carlos Pacheco, Wilson Wan-Dall, Salomão Ribas Junior, Otávio Gilson dos Santos e César Filomeno Fontes, do procurador geral do Ministério Público junto ao TCE/SC, Mauro André Flores Pedrozo, e do governador Luiz Henrique da Silveira, participaram da cerimônia deputados, prefeitos e vereadores — especialmente dos municípios da região Oeste —, desembargadores, procuradores de Justiça, representante do Tribunal de Contas da União (TCU), ex-governadores, conselheiros aposentados, auditores e servidores ativos e inativos.

Também compuseram a mesa os presidentes da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador João Eduardo de Souza Varella, o prefeito da Capital, Dário Elias Berger, o ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues, o procurador geral de Justiça de Santa Catarina em exercício, José Eduardo Orofino da Luz Fontes, o deputado federal Celso Maldaner e o vereador de Florianópolis César Luiz Belloni Faria.

O ato foi transmitido ao vivo pela TVAL, emissora da Assembleia Legislativa do Estado, e pelo site do Tribunal de Contas (www.tce.sc.gov.br). Diante do grande público presente, foram instaladas televisões no Plenário e no restaurante do TCE/SC.



BOAS VINDAS | Wan-Dall fala em nome dos integrantes do Pleno

“Aqui nesta Corte de Contas sua missão será diferente daquela de deputado”

“De hoje em diante, começa uma nova fase, ou seja, uma etapa singular na sua trajetória de agente público”, ressaltou o vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Wilson Wan-Dall, ao dar as boas vindas a Herneus de Nadal em nome dos conselheiros, auditores substitutos de conselheiros e dos cerca de 500 servidores da Instituição. “Aqui nesta Corte de Contas sua missão será diferente da de deputado, porém tão nobre quanto”, afirmou. Para integrar o Corpo Deliberativo, Nadal teve que se desfiliar do partido e renunciar ao mandato de parlamentar, já que a atividade político-partidária é vetada pela Constituição do Estado.

Em seu discurso, Wan-Dall falou das atribuições dos conselheiros. “Apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador e pelos prefeitos, julgar as contas dos administradores e dos responsáveis por recursos públicos, verificar a legalidade dos atos de pessoal, responder consultas de gestores sobre dúvidas, prestar orientações e, sobretudo, garantir que o dinheiro dos tributos dos catarinenses será aplicado para atender ao interesse coletivo deverão fazer parte das suas novas preocupações”, destacou.

O vice-presidente comentou que para desempenhar a função, Nadal “terá à disposição um quadro de pessoal altamente qualificado e preparado, exemplo para as demais cortes de contas do País”, além do apoio dos conselheiros, auditores substitutos, e do Ministério Público junto ao Tribunal. “Novidades e desafios o esperam”, destacou o procurador geral do Ministério Público junto ao TCE/SC, Mauro André Flores Pedrozo, em seu discurso.



CONSELHEIROS | Wan-Dall e César Fontes conduzem Nadal ao auditório



CONSELHEIROS | Salomão Ribas Jr. e Otávio Gilson dos Santos entregam livro sobre os 50 anos da Instituição e bônus do TCE/SC



TRISTEZA E ALEGRIA | “Perco um líder importante, mas o Tribunal de Contas ganha um grande conselheiro”



Governador prestigia posse

“Vivo neste momento dois sentimentos contraditórios”, enfatizou o governador Luiz Henrique da Silveira. “De um lado, a tristeza por perder o companheiro de partido, os seus serviços inestimáveis na Assembleia, um líder extraordinário do meu governo naquela Casa. De outro, a alegria por vê-lo assumir a honrosa e elevada função de conselheiro”, completou.

Na oportunidade, o governador falou da missão de Nadal. “É uma nova missão que se impõe – de julgar contas, de orientar, de exigir o rigoroso cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de fazer com que o Poder Público cumpra as leis e aplique corretamente o dinheiro arrecadado pelos cidadãos através dos impostos”, destacou.

Ao finalizar o seu discurso, Luiz Henrique afirmou que o novo conselheiro é um exemplo de homem público, fazendo uma comparação com o homem da iniciativa privada. “A coincidência é que ambos visam à geração de emprego e o crescimento econômico. A diferença é que o empresário visa ao lucro e o homem público, o reconhecimento e a credibilidade.”

HOMENAGEM | Bertoli (centro) foi aplaudido pelos presentes



AUDIOVISUAL | vídeo produzido pela TVAL mostrou a vida e a trajetória política de Nadal



Solenidade marcada pela emoção

A sessão especial de posse do novo conselheiro foi marcada por momentos de emoção. A começar pela transmissão do vídeo produzido pela TV Assembleia Legislativa, sobre a vida e a trajetória política de Herneus João de Nadal. Depoimentos de colegas parlamentares registraram as principais ações realizadas durante os cinco mandatos como deputado estadual e também no período em que foi prefeito do município de Caibi.

A homenagem do governador Luiz Henrique da Silveira ao conselheiro aposentado Moacir Bertoli foi outro ponto alto da solenidade. Ao iniciar seu discurso, o chefe do Executivo Estadual pediu uma salva de palmas, elogiando a retidão e a honestidade de Bertoli na vida pública. “É uma homenagem àquele que possibilitou a todos nós vivermos este momento, depois de uma longa trajetória prestando serviços ao Parlamento e a esta Casa”, enfatizou referindo-se aos 22 anos dedicados ao TCE/SC e aos 12 anos à Assembleia Legislativa.

Na ocasião, o conselheiro aposentado falou da função de fiscalizar as contas públicas. “A função de conselheiro é árdua, mas necessária”, salientou. Para ele, a vivência de Herneus de Nadal lhe conferiu experiência para exercer o cargo de conselheiro.

Primeira participação no Tribunal Pleno ocorreu no dia 22

Dois dias após ser empossado conselheiro, Herneus de Nadal teve a sua primeira participação em sessão ordinária do Pleno. Embora tivesse seis processos para serem relatados, o novo conselheiro decidiu retirar todos de pauta para analisar profundamente as matérias.

Na oportunidade, integrantes do Corpo Deliberativo deram depoimentos sobre o ingresso de Nadal à Corte catarinense. “Mesmo mudando de campo de atuação, Vossa Excelência continuará lidando com pessoas que merecem que seus atos sejam analisados com humanis-

mo, conciliando-os com o aspecto jurídico”, destacou o presidente José Carlos Pacheco. “Atrás de cada processo há seres humanos”, reforçou.

O conselheiro César Filomeno Fontes também mencionou a trajetória política do novo conselheiro. “Pela experiência de cinco mandatos, Vossa Excelência está preparada para ser um conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina”, afirmou. Por fim, o conselheiro Otávio Gilson dos Santos saudou Herneus de Nadal, desejando-lhe “sucesso”.

SESSÃO ORDINÁRIA | os seis processos distribuídos ao novo conselheiro (1º à dir.) foram retirados de pauta





Mais de 1.700 órgãos estaduais e municipais são fiscalizados

PROCESSOS | entre as matérias, destaque para as que envolvem prestações de contas de governador e de prefeitos

Junto com os demais membros do Corpo Deliberativo, o conselheiro Herneus de Nadal irá contribuir para o trabalho de fiscalização do uso de recursos públicos pelo Estado e pelos 293 municípios catarinenses. Anualmente, mais de 1.700 órgãos públicos estaduais e municipais estão sujeitos ao controle. “Sem os tribunais de contas, as desigualdades sociais e os desvios de recursos públicos seriam maiores”, destacou o presidente José Carlos Pacheco durante a solenidade de posse.

Entre as atribuições de Nadal, estão a de relatar, discutir e votar matérias relacionadas à emissão de parecer prévio sobre as contas anuais do governador e dos municípios catarinenses e ao julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis pela utilização de recursos públicos em âmbito estadual e municipal.

Também terá que votar processos que tratam da apreciação de atos de pessoal, de denúncias de irregularidades em órgãos públicos, apresentadas ao Tribunal, com base no art. 62 da Constituição Estadual, além de consultas formuladas ao órgão por administradores estaduais e municipais.

O TCE/SC

■ **O QUE É:** O Tribunal de Contas de Santa Catarina é uma instituição pública de controle externo.

■ **CRIAÇÃO:** Pela Lei Estadual nº 1.366, de 4 de novembro de 1955, mas a existência do Órgão já estava prevista na Constituição Estadual de 1947.

■ **LOCALIZAÇÃO:** Rua Bulcão Viana, 90, Centro, Florianópolis (SC).

■ **TAREFA:** Fiscalizar o uso dos recursos públicos pelo Estado e pelos 293 municípios catarinenses. Mais de 1.700 órgãos públicos estaduais e municipais estão sujeitos ao controle.

■ **COMO ATUA:** Verifica se os atos dos administradores estão de acordo com princípios constitucionais como os da legalidade, economicidade e moralidade.

■ **OBJETIVO DA FISCALIZAÇÃO:** Comprovar a correta aplicação dos recursos públicos e coibir fraudes, desvios, desperdício e atos de corrupção, seja através da realização de auditorias in loco, seja através de análise de documentos na própria sede do TCE/SC.

■ **QUEM DEVE PRESTAR CONTAS:** Qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, que utilize dinheiros, bens ou valores públicos cuja responsabilidade é do Estado ou de qualquer um dos municípios.

■ **CUMPRIMENTO DA LRF:** Também fiscaliza o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e verifica, por exemplo, se o Estado e os municípios cumprem os limites de despesa com pessoal, se as câmaras de vereadores não gastam mais do que está definido na Lei e se os gestores públicos obedecem aos limites para a contratação de empréstimos.

■ **PUNIÇÕES:** Aplica punições aos administradores públicos se constatar que não foram cumpridas as leis e as normas de administração financeira e que houve prejuízo aos cofres públicos. É o que pode acontecer quando uma prefeitura ou empresa pública faz uma compra sem a devida licitação. Nesses casos, o TCE/SC pode aplicar multa de até 100% do valor do dano causado ao Erário. Mas vale lembrar que os administradores têm direito de defesa perante o TCE/SC.

“Minha presença neste Tribunal de Contas implica a continuidade da prestação de serviço à sociedade catarinense.”

HERNEUS JOÃO DE NADAL,
conselheiro do TCE/SC



“Mesmo mudando de campo de atuação, Vossa Excelência continuará lidando com pessoas que merecem que seus atos sejam analisados com humanismo, conciliando com o aspecto jurídico.”

JOSÉ CARLOS PACHECO,
presidente do TCE/SC



“É uma nova missão que se impõe — de julgar contas, de orientar, de exigir o rigoroso cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de fazer com que o Poder Público cumpra as leis e aplique corretamente o dinheiro arrecadado pelos cidadãos através dos impostos.”

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA,
governador de Santa Catarina





“A função de conselheiro é árdua, mas necessária.”

MOACIR BERTOLI,
conselheiro aposentado do TCE/SC



“Novidades e desafios o esperam.”

MAURO ANDRÉ FLORES PEDROZO,
procurador geral do Ministério Público
junto ao TCE/SC



“De hoje em diante, começa uma nova fase, ou seja, uma etapa singular na sua trajetória de agente público.”

WILSON WAN-DALL,
vice-presidente do TCE/SC



“Pela experiência de cinco mandatos, Vossa Excelência está preparada para ser um conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina.”

CÉSAR FILOMENO FONTES,
conselheiro do TCE/SC

“A Assembleia perde um grande deputado, um grande homem público.”

JORGINHO MELLO,
presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina



“Desejo sucesso absoluto.”

OTÁVIO GILSON DOS SANTOS,
conselheiro do TCE/SC



Diário Oficial Eletrônico

No site www.tce.sc.gov.br, de 2ª a 6ª feira, a partir das 8 horas.



DOTC-e

*É o veículo de comunicação oficial do TCE
que amplia o acesso aos atos e às decisões.*



COMO ACESSAR ÀS EDIÇÕES:

*Na seção “Diário Oficial
Eletrônico” abrirá uma
tela com as últimas sete
edições. Para edições
anteriores, informar a
data desejada.*



Otávio Gilson dos Santos pede aposentadoria

Pedido foi feito após dez anos no exercício da função de conselheiro e quase 50 anos de vida pública

■ A sessão do Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina do dia 24 de agosto foi marcada pela emoção diante do pedido de aposentadoria voluntária do conselheiro Otávio Gilson dos Santos, após dez anos no exercício da função no TCE/SC e quase 50 anos de vida pública — trabalhou durante 17 anos na Secretaria de Estado da Fazenda e atuou por 20 anos como deputado estadual. “Fui chamado a fiscalizar e a julgar e assim o fiz, sempre e com todas as minhas forças, com plena consciência. Equívocos podem ter ocorrido, mas prevaleceu o senso de justiça, porque confiei no bem e procurei seguir os caminhos da ética”, declarou emocionado.

No dia seguinte ao anúncio da aposentadoria, o presidente do TCE/SC, José Carlos Pacheco, comunicou, oficialmente, ao governador Luiz Henrique da Silveira, a vacância de cargo de conselheiro. Isto porque a vaga aberta deverá ser preenchida por indicação do chefe do Executivo — livre nomeação —, como estabelece o art. 61 da Constituição Estadual. No ofício encaminhado ao governador, Pacheco informa que o ato de concessão da aposentadoria foi publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal (DOTC-e) nº 321, de 25 de agosto.

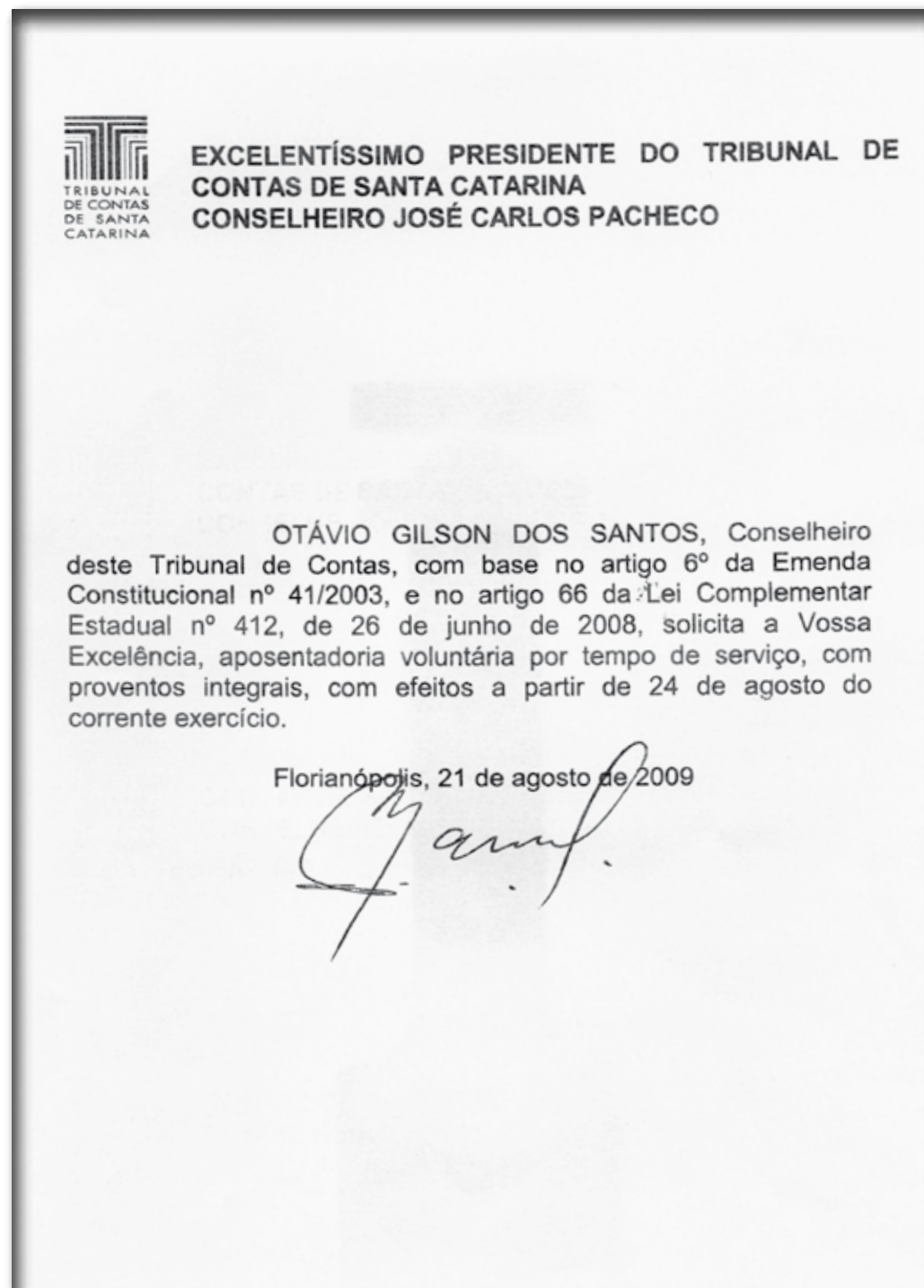
CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA ESCOLHA

- O Tribunal Pleno, órgão responsável pelas decisões do TCE/SC, é composto por sete conselheiros. São eles que discutem e votam as matérias de competência do Tribunal, depois da análise da área técnica.
- Segundo o art. 61 da Constituição Estadual, dos sete conselheiros, quatro são escolhidos pela Assembleia Legislativa para preenchimento das primeira, segunda, quarta e quinta vagas. Ao governador cabe escolher os outros três, com a aprovação do Legislativo. A terceira vaga é de livre nomeação e as sexta e sétima vagas são escolhidas, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao TCE/SC, indicados em lista tríplice, “segundo critérios de antiguidade e merecimento”.
- Só serão nomeados no cargo de conselheiro brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e que tenham exercido, por mais de dez anos, função pública ou atividade profissional que exija tais conhecimentos.

CURRÍCULO

- Otávio Gilson dos Santos nasceu em Paulo Lopes (SC), no dia 5 de junho de 1940.
- Ingressou no TCE/SC em 2 de agosto de 1999 e presidiu a Instituição no biênio 2005/2007. Em 10 de junho de 2002, foi eleito e empossado pelo Pleno no cargo de corregedor geral, sendo reeleito para o biênio 2003/2005.
- É formado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina.
- Foi exator da Secretaria de Estado da Fazenda em Paulo Lopes, Tijucas, Joaçaba, Joinville e Florianópolis, de 1961 a 1975. Em Florianópolis, foi assessor econômico da mesma secretaria, entre 1975 e 1978.
- Em 1978, foi eleito, pela primeira vez, deputado estadual, sendo reeleito em 1982, 1986, 1990 e 1994. Nesse período, além de presidir o Fundo de Previdência Parlamentar, foi presidente da Assembleia Legislativa (1991/1993), governador do Estado em exercício (25 de maio a 1º de junho de 1992), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das Finanças Públicas do Estado de Santa Catarina (1996) e relator da Comissão Parlamentar Especial que examinou a procedência das denúncias por crimes de responsabilidade de integrantes do Governo do Estado, na gestão 1995/1998.

DOCUMENTO |
solicitação de
aposentadoria foi
feita em 21 de agosto



“A decisão foi muito difícil, mas amadurecida com o tempo”

Ao iniciar seu último discurso como conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Otávio Gilson dos Santos confessou que a decisão de cessar a sua participação no TCE/SC “foi muito difícil, mas amadurecida ao longo do tempo”.

Durante o ato, Santos enfatizou que nos quase 50 anos de vida pública suas atividades foram sempre pautadas “pela honra, responsabilidade,

dedicação e pelo trabalho”, destacando que essas características estavam inseridas nas palavras de seu pai. “Dizia ele: ‘você só terá sucesso se lembrar de que na política o único documento que vale é a palavra... só terá sucesso se jamais misturar o que é seu com o que é do povo’”, lembrou. “Foi seguindo essa diretriz que aprendi muito cedo a como conduzir minha vida”, completou.



Integrantes do Pleno despedem-se do amigo

DESPEDIDA |
última sessão com
sua participação

O anúncio da aposentadoria foi prestigiado por integrantes do Pleno, representante do Ministério Público junto ao TCE/SC, servidores, familiares, amigos.

“Este momento nos faz sentir aquele misto curioso de alegria e de tristeza. Alegria porque se coroa mais uma fase da extraordinária vida pública de um amigo, de um conselheiro de todas as horas e de um homem público que aprendi a respeitar. Tristeza porque seremos privados do seu convívio diário, da sua palavra de discernimento, do seu espírito público”, enfatizou o conselheiro Salomão Ribas Junior ao manifestar-se sobre o ato.

Na oportunidade, Ribas Jr. destacou, no entanto, que a aposentadoria não se trata de uma despedida, mas o fim de uma fase de dedicação à causa pública — ocupou funções modestas, fez carreira na Secretaria da Fazenda, lançou-se como representante do povo na Assembleia Legislativa e, por fim, exerceu a função fiscalizatória no Tribunal de Contas em benefício daquele mesmo povo. “Gilson é afeito à discussão, incapaz de palavras vazias e desnecessárias e sempre à procura da palavra certa para conciliar”, afirmou.

O auditor substituto de conselheiro Gerson dos Santos Sicca, que ingressou no Tribunal por concurso público realizado na gestão de Otávio Gilson dos Santos como presidente, fez questão de registrar que ele é um exemplo, por ser daqueles homens

que exercitam a ética, a tolerância e a grandeza. “Você enaltece a política associada à ética, um bem que todos perseguem no Brasil”, destacou, acrescentando que o conselheiro aposentado reúne diversas qualidades que deveriam ser encontradas em todos os homens públicos e cidadãos comuns, dentre elas a de “ter palavra”.

O conselheiro Herneus de Nadal também elogiou a postura ética do amigo. “Você é um homem que cumpre a palavra”, afirmou, ao relatar episódio ocorrido na época em que eram deputados em que Santos, mesmo sendo da oposição, seguiu a posição da situação durante a votação de um projeto por já ter empenhado sua palavra. “Se o Brasil tivesse mais políticos como Vossa Excelência, nosso País seria bem diferente”, ressaltou o vice-presidente do TCE/SC, conselheiro Wilson Wan-Dall.

A maneira como o conselheiro aposentado tratava a todos os funcionários da Casa e as demais pessoas do seu convívio foi destacada pelo conselheiro César Filomeno Fontes. “Conhecemos um grande homem pela forma como ele trata os pequenos”.

Assim como Ribas Jr., Wan-Dall, Fontes, Nadal e Sicca, o conselheiro Luiz Roberto Herbst, os auditores Adircélio Moraes Ferreira Junior e Sabrina Nunes Locken e o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, Aderson Flores, lamentaram o fim do convívio diário com Otávio Gilson dos Santos.



“Este acontecimento é um filme que assisti neste plenário com outros colegas que, na plenitude de suas vidas, tiveram que nos abandonar precoce e compulsoriamente.”

presidente **JOSÉ CARLOS PACHECO**

“Se o Brasil tivesse mais políticos como Vossa Excelência, nosso País seria bem diferente.” vice-presidente **WILSON WAN-DALL**

“Gilson é afeito à discussão, incapaz de palavras vazias e desnecessárias e sempre à procura da palavra certa para conciliar.” conselheiro **SALOMÃO RIBAS JUNIOR**

“Conhecemos um grande homem pela forma como ele trata os pequenos.” conselheiro **CÉSAR FILOMENO FONTES**

“Você é um homem que cumpre a palavra.” conselheiro **HERNEUS DE NADAL**

“Você enaltece a política associada à ética, um bem que todos perseguem no Brasil.” auditor substituto de conselheiro **GERSON DOS SANTOS SICCA**

Conselheiro aposentado contribuiu para a construção da referência do TCE/SC

Ao encerrar as manifestações, o presidente José Carlos Pacheco contou nunca ter visto, em seus 35 anos de Casa — como auditor e, desde 2002, como conselheiro — um anúncio de aposentadoria tão solene. “Creio que a saudade da sua ausência em nossas futuras sessões do Tribunal de Contas já começa a invadir nossos corações”, declarou.

Pacheco aproveitou para agradecer a participação do conselheiro aposentado como integrante do Pleno e as realizações empreendidas. “Muito obrigado por tudo o que Vossa Excelência fez enquanto aqui permaneceu, na construção e referência que tem o TCE/SC junto às demais cortes do País.”



POSSE | então presidente destaca, em 2006, que os novos servidores e auditores substitutos de conselheiros vão contribuir para a agilização dos trabalhos do TCE/SC

Realização dos concursos foi a principal ação de sua gestão

Convicto de ter contribuído com o crescimento e amadurecimento do Tribunal de Contas de Santa Catarina, logo após anunciar, oficialmente, o seu pedido de aposentadoria, Otávio Gilson dos Santos fez um pequeno relato dos principais fatos que marcaram sua atuação como conselheiro. “Lembro-me os efeitos do primeiro Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, em 1999; a repercussão da Lei de Responsabilidade Fiscal, no ano seguinte; o início das reuniões sistemáticas da Corregedoria do TCE/SC com gabinetes e órgãos técnicos para a uniformização das análises dos processos e das decisões, em 2003; e a instituição da Medalha do Mérito Funcional.”

Ele destacou, ainda, as comemorações dos 50 anos da Corte catarinense, completados em 2005; o incremento do percentual do repasse fi-

nanceiro do Executivo à Instituição, a partir de 2007; a elaboração dos projetos do novo prédio, sua licitação e o início das obras; a crescente e contínua aproximação com a sociedade durante os últimos anos e a realização dos três concursos públicos, para admissão de auditores substitutos de conselheiro, auditores fiscais de controle externo e técnico de atividades administrativas e de controle externo.

Aliás, a realização dos concursos públicos foi uma das principais ações durante sua passagem na presidência do Tribunal (biênio 2005-2007). “Tenho a absoluta certeza que o caminho foi o mais acertado, que valeu a pena. Prova disso foram as admissões que se revestiram do mais alto caráter técnico”, falou Santos. “Sem a realização dos concursos, estaríamos hoje em situação ainda mais difícil.”

TEMPO EDITORIAL



ANIVERSÁRIO | solenidade comemorativa aos 50 anos do TCE/SC



DAE/TCE

Aprovado plano com soluções para o Programa de Medicamentos

Documento foi apresentado pela Secretaria da Saúde em cumprimento à decisão do Tribunal

IRREGULARIDADES | falta de controle do estoque e transporte inadequado

O Tribunal de Contas de Santa Catarina aprovou, no dia 8 de junho, o plano de ação apresentado pela Secretaria de Estado da Saúde para solucionar os problemas constatados durante auditoria operacional realizada no Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional (PMDE). O documento com as ações, os prazos e os responsáveis foi apresentado em cumprimento à decisão preliminar n. 1906, de 23 de junho de 2008.

A falta de controle do estoque de medicamentos de alto valor unitário destinados ao tratamento de pacientes transplantados, com problemas renais crônicos, asma grave, anemia, doenças de Gaucher, Parkinson, Alzheimer e outras, atendidos pelo Programa, está entre as falhas. Para solucionar o problema, a Secretaria se comprometeu, entre outras ações, a realizar inventário e apurar as diferenças — distorções entre o estoque físico e o estoque registrado em sistema — no almoxarifado localizado em São José.

PROGRAMA DE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL (PMDE)

O PMDE foi instituído pelo Ministério da Saúde com objetivo de disponibilizar medicamentos — financiados com recursos dos governos Federal e Estadual — para pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde que são usuários de medicamentos excepcionais e não podem suportar os custos do tratamento, seja pelo alto valor unitário, seja pela cronicidade da doença.

Além disso, a Secretaria informou que realizaria licitação para contratar empresa especializada em transporte de medicamentos, a ser feito conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Isso porque na auditoria realizada foi constatada a utilização de veículos inadequados — a maioria ambulâncias ou para transporte de passageiros. “Estes veículos não atendem à legislação sanitária, podendo alterar o estado normal dos medicamentos, torná-los inativos, nocivos à saúde ou ainda tornar o tratamento ineficaz”, registrou o relatório da área técnica do TCE/SC.

A auditoria também apontou a necessidade de a Secretaria implantar um sistema informatizado para controlar a retirada de medicamentos pelos pacientes. Isso evitaria recebimento indevido de repasses federais, que é realizado mediante a entrega de medicamentos ao beneficiário. No plano de ação apresentado, o órgão estadual informou que irá implantar o software SISMEDEX, fornecido gratuitamente pelo Ministério da Saúde, em todos os Centros de Dispensação dos Medicamentos Excepcionais.

Já para evitar a falta de alguns medicamentos — outro problema verificado pelo Tribunal e que ocasiona a descontinuidade do tratamento pelo paciente —, a Secretaria comunicou que irá adotar um novo cálculo, para definir a quantidade de medicamentos a ser comprada, observando o consumo dos últimos meses, bem como o seu crescimento.

TCE/SC irá monitorar o cumprimento das ações

O Pleno, acompanhando proposta de voto do relator do processo (AOR 07/00373373), auditor substituto de conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior, determinou ainda que a Secretaria da Saúde encaminhe relatórios parciais para monitoramento das ações.

Técnicos da Diretoria de Atividades Especiais (DAE) do TCE/SC, unidade responsável pela realização da auditoria operacional que avaliou o programa de medicamentos, já estão analisando o primeiro relatório parcial.

De acordo com a decisão definitiva nº 1.935/09, publicada na edição nº 271, de 16 de junho, do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas (DOTC-e), o segundo relatório deverá ser remetido ao Órgão até 18 de dezembro e o terceiro e último, até 28 de maio do ano que vem.

Vale registrar que o Plano aprovado tem natureza de termo de compromisso entre a Corte catarinense e a Secretaria.

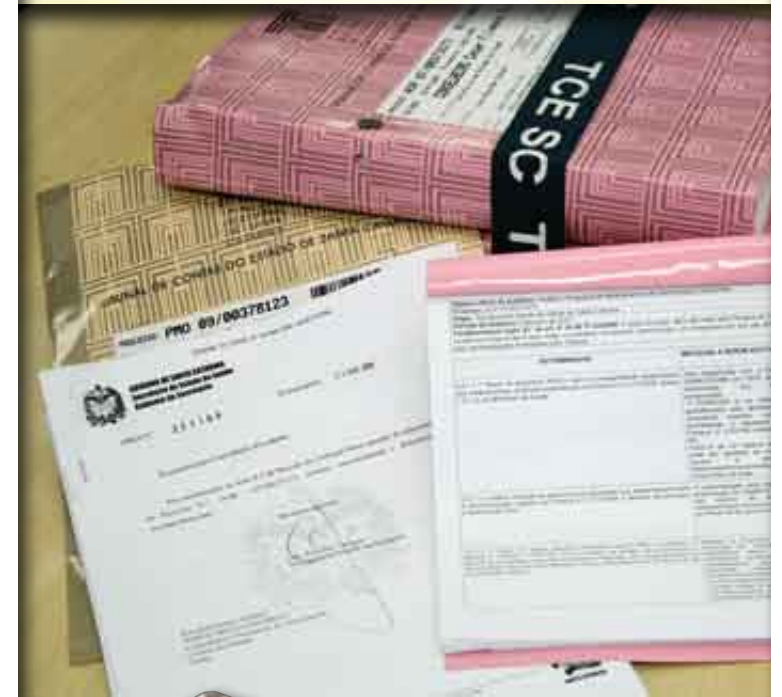
A DAE

A Diretoria de Atividades Especiais do Tribunal de Contas foi criada em fevereiro de 2007 com o objetivo de dar celeridade à resolução de fatos de repercussão na sociedade catarinense. É responsável pela realização de auditorias operacionais e em projetos financiados com recursos internacionais, atividades até então desenvolvidas sob a coordenação da Diretoria de Projetos Especiais (DPE).

AUDITORIA OPERACIONAL

Consiste na avaliação sistemática de programas, projetos, atividades e sistemas governamentais, assim como de órgãos e entidades sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas. O objetivo é examinar os programas e projetos governamentais quanto aos aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. A análise implica na avaliação do cumprimento dos programas de governo e do desempenho das unidades e entidades sujeitas ao controle do TCE/SC, quanto aos objetivos, às metas e prioridades e ao uso dos recursos disponíveis.

FONTE | Glossário de Termos Técnicos mais comuns utilizados por tribunais de contas, publicado pelo Instituto Rui Barbosa.



MONITORAMENTO | técnicos analisam execução das medidas listadas





DLC/TCE

Despesa em obra da SC-421 é considerada irregular

Prefeito de Vitor Meireles no exercício de 2005 terá de devolver R\$ 248.444,93 aos cofres do município

SC-421 | auditoria verifica má qualidade do serviço realizado

■ Despesas de R\$ 155.278,08 com material não utilizado na execução de obra realizada na cidade de Vitor Meireles, no exercício de 2005, foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina. Diante da constatação, o Pleno decidiu, na sessão de 8 de julho, condenar o ex-prefeito Lourival Lunelli ao recolhimento do valor atualizado monetariamente, acrescido dos juros legais. Segundo a Secretaria Geral, deverão ser devolvidos R\$ 248.444,93 aos cofres do município, calculados a partir da data da ocorrência do fato gerador do débito até o dia 31 de agosto.

Ao realizar auditoria *in loco* nas obras de ter-
raplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem e
artes correntes da rodovia SC-421 – num trecho
de três quilômetros que liga os municípios de Vitor
Meireles e Witmarsum, localizados no Vale do Itajaí
–, técnicos da Diretoria de Controle de Licitações

e Contratações (DLC) da Corte catarinense apon-
taram a ausência de comprovação da utilização de
3.101,22m³ de macadame seco.

Segundo o Acórdão nº 972/09, aprovado com
base na proposta de voto do relator do proces-
so (TCE 05/01004750), conselheiro Luiz Roberto
Herbst, a irregularidade fere a Lei nº 4.320/64 – dos
Orçamentos Públicos. O art. 62 determina o paga-
mento da despesa somente após a sua liquidação,
e o 63 aponta que a liquidação levará em conta a
prestação efetiva do serviço.

O ex-agente público terá até 21 de agosto – 30
dias após a publicação da decisão no Diário Oficial
Eletrônico do Tribunal de Contas (DOTC-e) nº 297, de
22 de julho – para comprovar ao TCE/SC o recolhi-
mento do valor aos cofres do município, solicitar o
parcelamento do débito em até 48 vezes ou ingres-
sar com recurso.

DLC/TCE



MACADAME

- Sistema de calçamento de estradas de rodagem, que consiste em camada de pedra britada com cerca de 0,30m de espessura, aglutinada e comprimida com um rolo pesado fazendo com que as pedras se encaixem umas nas outras.
- Tipo de pavimento para pistas de rodagem, desenvolvido pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam no século XIX. O processo recebeu o nome de Macadam em homenagem ao seu criador McAdam.

Órgão aplica multa e encaminha representação ao Ministério Público

Além de determinar a devolução dos recursos por dano causado ao erário, o Tribunal de Contas de Santa Catarina aplicou uma multa de R\$ 1 mil, diante da execução de obras após a extinção do contrato. Como não foi feito um novo processo licitatório, os serviços foram pagos sem amparo legal, o que contraria a Lei Federal nº 8.666/93.

O processo de Tomada de Contas Especial também foi encaminhado ao Ministério Público Estadual, para conhecimento dos fatos apurados e adoção de providências que julgar pertinente. Cópias da decisão, do relatório e do voto do conselheiro Herbst, bem como do relatório da DLC, foram remetidas à Câmara de Vereadores e à Prefeitura do município.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

- Configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade que resulte dano ao erário, o Tribunal ordenará a conversão do processo em Tomada de Contas Especial. É nesse momento que os responsáveis são citados, ou seja, chamados ao Tribunal para apresentar, por escrito, justificativas quanto a atos irregulares por eles praticados.



DMU/TCE

TERMINAL | início das atividades depende de outros procedimentos

Prefeitura de Praia Grande regulariza terreno do Terminal Rodoviário

Inspeção do Tribunal de Contas de Santa Catarina para apurar denúncias de possíveis irregularidades no Terminal Rodoviário do município de Praia Grande, localizado no Ex-tremo Sul catarinense, fez com que o prefeito do exercício de 2005 a 2008, João José de Matos, adotasse providências antes mesmo da decisão definitiva do TCE/SC.

A Diretoria de Controle dos Municípios (DMU) constatou que a falta de regularização da doação de dois terrenos com área total de 900 m² ao Executivo impedia o funcionamento do Terminal Rodoviário, o que poderia caracterizar mau uso do dinheiro público. Concluída em 27 de julho de 2005, a obra custou R\$ 79,9 mil aos cofres públicos, recursos provenientes de convênio firmado entre o município e o Departamento de Transportes e Terminais da Secretaria de Infraestrutura.

A ação da Corte de Contas, através da área técnica, fez com que o Executivo municipal regularizasse a situação, a partir da obtenção da es-

critura pública de doação e das certidões de registro dos imóveis, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul. A incorporação dos terrenos ao patrimônio do município ocorreu no ano passado.

Diante das providências, na sessão de 8 de julho, o Pleno do Tribunal de Contas aprovou decisão (Acórdão nº 973/09), julgando regulares os procedimentos adotados pela prefeitura. O conselheiro Luiz Roberto Herbst foi o relator do processo (TCE 06/00337979). “Agora, o Terminal está em condições de funcionar”, afirmou o diretor da DMU, Geraldo José Gomes.

Como o TCE/SC julgou regulares os procedimentos, a prefeitura de Praia Grande está dando continuidade às ações necessárias para que o Terminal Rodoviário entre em funcionamento. A Diretoria de Controle dos Municípios foi informada que uma licitação será lançada com o objetivo de selecionar empresa para administrar o espaço.



Atuação do TCE/SC possibilita a arrecadação de R\$ 520,2 mil ao erário

Valor é referente ao pagamento de multas e ao recolhimento de débitos no primeiro semestre

SECRETARIA GERAL | levantamento é feito por integrantes da unidade

A fiscalização do Tribunal de Contas de Santa Catarina sobre os atos dos administradores públicos de aproximadamente 1.700 órgãos e entidades do Estado e dos 293 municípios catarinenses tem contribuído para o ingresso de recursos aos cofres públicos. Somente no primeiro semestre deste ano, R\$ 520.289,60 ingressaram, consequência de multas aplicadas pelo TCE/SC e de imputação de débitos, diante da constatação de ilegalidades, infrações a normas de administração financeira ou dano causado ao erário. Se comparado com o mesmo período do ano passado, o valor é 52% maior, já que ingressaram nos cofres estaduais e municipais e de empresas públicas R\$ 341.908,12.

Levantamento da Coordenadoria de Controle de Débitos e Execuções, da Secretaria Geral da Corte de Contas, revela que dos R\$ 520.289,60 depositados nos cofres públicos, R\$ 381.629,75 foram em virtude de multas aplicadas e R\$ 138.659,85 de imputação de débitos. Já no mesmo período de 2008, foram R\$ 227.858,00 referentes a multas e R\$

114.050,12 a débitos. Este ano, a maior arrecadação de multas e débitos ocorreu no mês de abril — ao todo, o valor atingiu o montante de R\$ 158.190,97, sendo R\$ 88.006,34 de multas e R\$ 70.184,63 de débitos. Em 2008, foi em junho que aconteceu o maior ingresso de recursos ao erário. Dos R\$ 106.242,92 arrecadados, R\$ 54.700,00 foram oriundos de multas e R\$ 51.542,92 de débitos.

O secretário geral Francisco Luiz Ferreira Filho destaca, no entanto, que o valor não representa necessariamente a situação das multas e dos débitos aplicados pelo Pleno no primeiro semestre. Isto é, do montante relativo a determinado período, como o quanto foi baixado por pagamento, por recursos ou por decisão judicial. “Apesar disso, a elevação do montante de multas aplicadas demonstra que o Tribunal de Contas intensificou seu poder de sanção”, concluiu Ferreira Filho destacando que um sistema está sendo desenvolvido “para permitir a verificação da efetividade das liberações do TCE/SC”.

1º SEMESTRE			
	■ 2009	■ 2008	
Multas	R\$ 381.629,75	R\$ 227.858,00	
Débitos	R\$ 138.659,85	R\$ 114.050,12	
Valor total	R\$ 520.289,60	R\$ 341.908,12	

COBRANÇA JUDICIAL			
■ 2009			
MÊS	VALOR R\$		TOTAL
	DÉBITO	MULTA	
Janeiro	---	---	---
Fevereiro	33.323,32	11.800,00	45.123,32
Março	577.328,18	94.700,00	672.028,18
Abril	370.327,53	33.400,00	403.727,53
Maiο	288.576,39	104.400,00	392.976,39
Junho	62.108,43	40.600,00	102.708,43
TOTAL	1.331.663,85	284.900,00	1.616.563,85
■ 2008			
MÊS	VALOR R\$		TOTAL
	DÉBITO	MULTA	
Janeiro	---	---	---
Fevereiro	19.265,07	3.900,00	23.165,07
Março	237.718,91	51.050,00	288.768,91
Abril	117.565,61	61.900,00	179.465,61
Maiο	49.252,00	42.400,00	91.652,00
Junho	784.816,64	85.700,00	870.516,64
TOTAL	1.208.618,23	244.950,00	1.453.568,23

FONTE | Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais do TCE/SC.

APLICAÇÃO DE MULTAS

- O TRIBUNAL DE CONTAS PODERÁ APLICAR MULTA DE ATÉ R\$ 5 MIL AOS RESPONSÁVEIS POR:
- Ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico do qual resulte dano ao erário.
 - Ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
 - Não atendimento, no prazo fixado, à diligência ou recomendação do TCE/SC.
 - Obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas.
 - Sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias.
 - Reincidência no descumprimento de decisão do TCE/SC.
 - Inobservância de prazos legais ou regulamentares para remessa ao TCE/SC de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou de quaisquer outros documentos solicitados, por meios informatizado ou documental.

FONTE | Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000.

IMPUTAÇÃO DE DÉBITO

- O Tribunal de Contas poderá imputar débito aos responsáveis quando ficar configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

FONTE | Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000.

Cobrança judicial supera R\$ 1,6 milhão

Quando o responsável por irregularidade não cumpre decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina — não recolhendo os valores de multas e/ou de débitos aos cofres públicos, não solicitando o parcelamento dos valores ou não ingressando com recurso no prazo determinado —, a dívida é encaminhada para cobrança judicial. No primeiro semestre deste ano, o valor encaminhado foi de R\$ 1.616.563,85 — R\$ 284.900,00 referentes à aplicação de multas e R\$ 1.331.663,85 à imputação de débitos. Já no mesmo período de 2008, foram encaminhados R\$ 1.453.568,23 para cobrança judicial — R\$ 244.950,00 de multas e R\$ 1.208.618,23 de débitos.

Segundo a coordenadora de Controle de Débitos e Execuções da Secretaria Geral do TCE/SC, Marli Teresinha Andrade da Luz Fontes, passado o prazo de 30 dias da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico, sem que o responsável efetue o pa-

gamento, solicite o parcelamento ou ingresse com recurso, o processo é remetido ao Ministério Público junto ao Tribunal. É o órgão quem encaminha a dívida para cobrança judicial. “As multas devem ser cobradas pela Procuradoria Geral do Estado, assim como os valores dos débitos imputados por irregularidades constatadas em unidades da administração direta estadual. Já os valores por dano causado ao erário municipal devem ser cobrados pela Procuradoria do Município; e quando acontece contra uma empresa, é ela quem deve fazer a cobrança.”

O maior montante encaminhado para cobrança judicial neste ano aconteceu em março. Naquele mês, o valor foi de R\$ 672.028,18 — R\$ 94.700,00 de multas e R\$ 577.328,18 de débitos. Já em 2008, o mês de junho foi o que teve a maior contabilização. Ao todo, foram encaminhados para cobrança R\$ 870.516,64, sendo R\$ 85.700,00 provenientes de multas e R\$ 784.816,64, de débitos.

Auditorias verificam providências adotadas por procuradorias municipais

O secretário geral Francisco Luiz Ferreira Filho salienta que a Diretoria de Controle dos Municípios (DMU) da Corte de Contas, em articulação com a Secretaria Geral, está verificando em suas auditorias se as procuradorias municipais estão adotando providências para a cobrança dos recursos a serem devolvidos aos cofres dos municípios. “Sem a atuação das procuradorias, a efetividade das decisões do Tribunal ficam prejudicadas”, enfatizou.

A falta de providências é apontada em um dos tópicos do relatório da DMU, com a determinação de que o valor seja lançado em responsabilidade e, se for o caso, inscrito em dívida ativa. “A atual administração pode ser responsabilizada por descumprimento de decisão”, ressaltou Ferreira Filho.

Multas e débitos aplicados no 1º semestre ultrapassam R\$ 4,7 milhões

As decisões emitidas pelo Pleno no primeiro semestre deste ano envolveram aplicações de multas da ordem de R\$ 718.050,00 e de imputações de débito de R\$ 4.028.772,90. O valor total de R\$ 4.746.822,90 supera em 251%, se comparado com o mesmo período do ano passado, quando foram aplicados R\$ 718.424,80 em multas e imputados R\$ 623.071,72 em débitos – ao todo R\$ 1.341.496,52.

No período, somente em processos de Tomada de Contas Especial, o TCE/SC responsabilizou gestores públicos e determinou a devolução de recursos – imputação de débito – de R\$ 3.611.055,71 e aplicou R\$ 165.600,00 em multas. De acordo com o levantamento, em segundo lugar, estão os processos relativos à Prestação de Contas de Administrador – foram R\$ 416.611,57 em débitos e R\$ 134.000,00 em multas.

No primeiro semestre deste ano, foram adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões da Corte catarinense que somados, totalizaram R\$ 1.616.563,85. Destes, R\$ 1.238.756,76 são referentes a processos de Tomada de Contas Especial e R\$ 184.222,52, de Prestação de Contas do Administrador.

SAIBA MAIS

- Os valores das multas são depositados nos cofres do Estado.
- Os valores dos débitos podem ser recolhidos aos cofres do Estado, de municípios ou de empresas. Depende do local onde aconteceu a irregularidade (dano ao erário em alguma unidade da administração direta estadual — devolução aos cofres do Estado; dano ao erário em alguma empresa — devolução aos cofres da empresa; dano ao erário em alguma unidade da administração municipal — devolução aos cofres do município).

FONTE | Secretaria Geral do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

DECISÕES DO PLENO COM IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E/OU APLICAÇÃO DE MULTAS NO 1º SEMESTRE DE 2009

■ Processo	■ Aplicação de Multas	■ Imputação de Débito	■ Total
Tomada de Contas Especial	R\$ 165.600,00	R\$ 3.611.005,71	R\$ 3.776.605,71
Prestação de Contas do Administrador	R\$ 134.000,00	R\$ 416.611,57	R\$ 550.611,57
Auditoria in loco de licitações, contratos, convênios e atos jurídicos análogos	R\$ 91.400,00	---	R\$ 91.400,00
Processo diverso	R\$ 49.700,00	---	R\$ 49.700,00
Representação Judicial	R\$ 40.000,00	---	R\$ 40.000,00

FONTE | Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais do TCE/SC.

Mais um canal de interação entre o TCE/SC e a sociedade.



ENVIE SUAS RECLAMAÇÕES, CRÍTICAS, SUGESTÕES OU INFORMAÇÕES.

Portal: www.tce.sc.gov.br

E-mail: ouvidoria@tce.sc.gov.br

Carta: rua Bulcão Viana, nº 90 – Caixa Postal 733 – Centro – CEP 88.020-160 – Florianópolis/SC.

Fax: (48) 3221-3610.



DOTC-e chega à edição de número 300

Diário Oficial Eletrônico é o veículo de comunicação oficial do Tribunal de Contas de Santa Catarina

LANÇAMENTO | primeira edição foi disponibilizada em 5 de maio de 2008

No dia 27 de julho, o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Santa Catarina (DOTC-e) — veículo de comunicação oficial dos atos processuais e administrativos do TCE/SC — chegou à edição de número 300. Lançado em 5 de maio de 2008, o DOTC-e foi mais uma iniciativa da Corte catarinense para dar maior transparência às ações públicas. Através desta ferramenta, o Tribunal contribui para que o cidadão exerça o controle social e para que os gestores públicos, em especial, possam acompanhar as decisões de seu interesse.

As edições do Diário Oficial Eletrônico estão disponíveis na página principal do Portal da Instituição (www.tce.sc.gov.br). A veiculação é diária, de segunda a sexta-feira — exceto nos feriados nacionais e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente —, sempre a partir das 8 horas. Os atos publicados têm validade para todos os efeitos legais — inclusive em relação aos prazos processuais — e as informações disponibilizadas têm ampla segurança — já que foi utilizada certificação digital e assina-

tura eletrônica, credenciadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP — Brasil).

Entre as matérias que podem ser encontradas no DOTC-e, destaque para as relacionadas a editais de concorrência, a consultas que trazem a orientação do TCE/SC sobre como o gestor deve agir diante de determinada situação, a contas municipais e estadual, a auditorias operacionais que avaliam programas governamentais e, ainda, a denúncias que apontam irregularidades na aplicação de recursos públicos por órgãos do Estado ou dos 293 municípios catarinenses. Também é possível acompanhar pautas e atas das sessões, editais de citação e de audiência, resoluções, portarias, instruções normativas, atos administrativos e licitações, contratos e convênios do Tribunal.

Vale destacar que, desde o início da operação do DOTC-e, o Tribunal de Contas não publica mais seus atos no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE), jornal impresso sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão Documental da Secretaria de Estado da Administração.

Universalização e acessibilidade estão entre as vantagens

A implantação do DOTC-e ampliou o alcance aos atos e às decisões do Tribunal de Contas.

Para facilitar o controle social e o acesso dos gestores às decisões, o índice está dividido em assuntos e unidades gestoras, ou seja, em administração estadual — Poderes Executivo (secretarias, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais), Legislativo e Judiciá-

rio, Ministério Público e Tribunal de Contas — e municipal — prefeituras, câmaras de vereadores, outros órgãos e entidades das 293 cidades de Santa Catarina.

Além disso, todas as edições — disponíveis em versão navegável, tanto em Word 2007® quanto em Adobe Acrobat® — ficam permanentemente arquivadas, facilitando consultas e pesquisas posteriores.

COMO ACESSAR EDIÇÕES DO DOTC-E

- No portal do Tribunal de Contas (www.tce.sc.gov.br), acesse a seção "Diário Oficial Eletrônico".
- Ao clicar na seção, será aberta uma tela que disponibilizará, no lado direito, as últimas sete edições. As edições anteriores poderão ser consultadas após o usuário informar a data desejada.

Ferramenta dá maior celeridade à tramitação de matérias

Para a Corte catarinense, a ferramenta possibilita a celeridade na tramitação de matérias. Como as decisões estão levando menos tempo para serem publicadas, a ideia é reduzir gradativamente o tempo entre a emissão da decisão pelo Pleno e a sua publicação. Haverá, portanto, uma agilização nos prazos processuais.

"A implantação do Diário Eletrônico possibilita saber, com antecedência, quando a decisão será disponibilizada", afirmou o diretor geral de Planejamento e Administração, Wilson Dotta,

destacando que é a partir da publicação da decisão que inicia a validade jurídica.

Outro benefício é a simplificação dos procedimentos. Com apenas um comando, é possível fazer a inclusão das matérias automaticamente, já que os sistemas do TCE/SC foram interligados.

A publicação do DOTC-e é coordenada pela Divisão de Publicações do Tribunal, unidade subordinada à Diretoria Geral de Planejamento e Administração.



Produtos eletrônicos agilizam procedimentos

Os benefícios da tecnologia também foram empregados na criação da certidão, do alerta e do processo eletrônicos. Utilizados desde setembro de 2008, os produtos, além de agilizar o trabalho de fiscalização e de oferecer facilidades ao gestor público, dispensam o uso de papel, o que contribui para a preservação do meio ambiente.

O presidente José Carlos Pacheco salienta que os avanços tecnológicos têm de ser utilizados pela administração pública na adoção de mecanismos mais modernos, eficazes e eficientes, necessários ao desenvolvimento de suas atividades, em prol da sociedade. “O Tribunal de Contas não pode ficar à margem desse novo ambiente, até porque sempre estive no grupo de vanguarda em matéria de tecnologia da informação para o exercício do controle externo.”

As certidões solicitadas para atestar o cumprimento de normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os alertas emitidos pelo TCE/SC aos municípios que descumprirem pontos da LRF podem ser visualizados pelos gestores municipais no Portal de Comunicação – espaço também criado em setembro no Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge), hospedado no site www.tce.sc.gov.br.

Tanto as certidões quanto os alertas levam a assinatura eletrônica do presidente Pacheco, de acordo com os requisitos de autenticidade, integridade e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

DOTTA | iniciativa resulta na agilização das ações, melhor utilização de recursos financeiros e de pessoal e em economia de papel

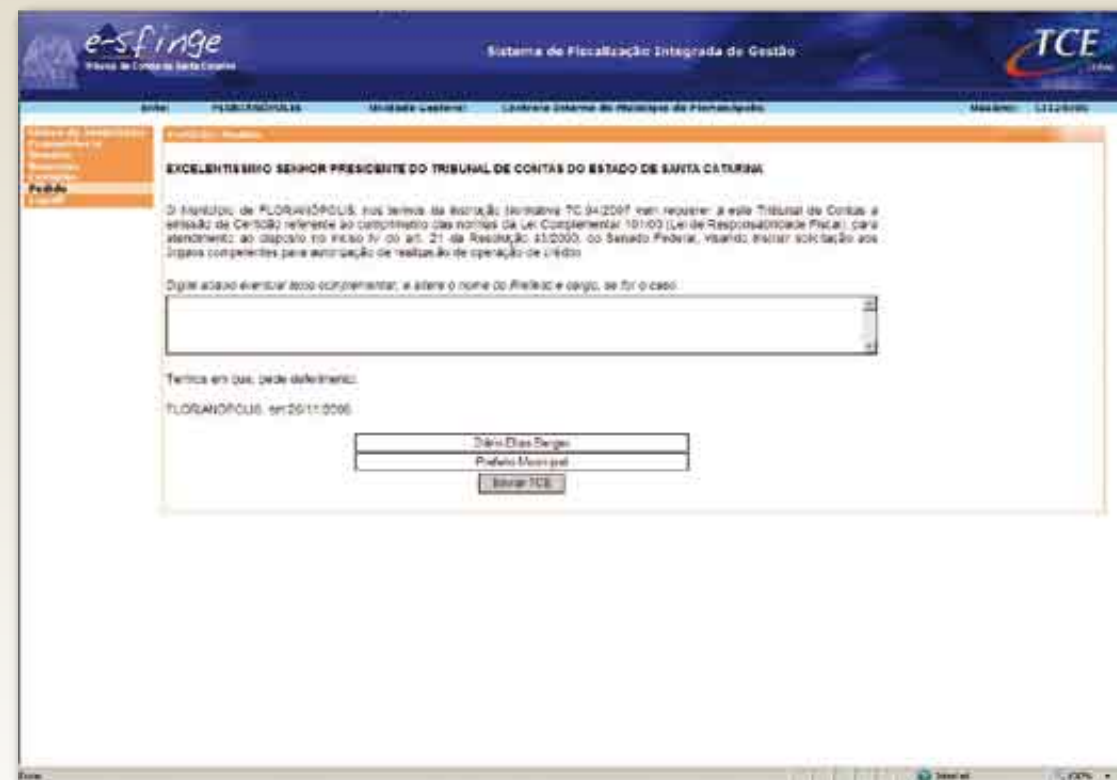


Solicitação de certidão deve ser feita pela internet

Os municípios que desejarem obter a certidão devem solicitá-la através do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge), no Portal do TCE/SC. O pedido poderá ser feito 24 horas por dia, pelo gestor municipal, de qualquer computador com acesso à Internet. Imediatamente após a solicitação, o processo é autuado e o seu número encaminhado ao solicitante, que poderá acompanhar a tramitação do processo eletrônico através da seção “Consulta de Processos”, localizada no menu horizontal, do site do Tribunal.

A certidão será emitida com base nas informações e dados remetidos ao Tribunal, pelos municípios, por meio do Sistema e-Sfinge. Se o município não estiver em dia com a remessa integral das informações, não receberá a certidão solicitada. O mesmo ocorrerá com os que não atenderem os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em caso de indeferimento da certidão, o município também receberá a comunicação pelo Portal, com as justificativas e o fundamento sobre o descumprimento da LRF.



TELA | pedido através do e-Sfinge, no Portal do Tribunal

Emissão de alertas está prevista na LRF

A emissão de alertas aos municípios pelos tribunais de contas está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. No TCE de Santa Catarina, a questão é disciplinada pela Instrução Normativa nº TC-04/07. A cada bimestre, logo após o recebimento das informações através do e-Sfinge, o sistema analisa os dados recebidos. O alerta é emitido para os municípios que não atenderam os dispositivos da LRF ou com potencial de não cumprimento ao final do exercício.

Assinador eletrônico permite a certificação digital em lote

No fim de agosto do ano passado, o Tribunal de Contas lançou um aplicativo “inédito”, segundo o presidente José Carlos Pacheco, que permite a assinatura eletrônica de diversos documentos de forma simultânea e, ainda, várias assinaturas num mesmo documento. A ferramenta foi desenvolvida pelo TCE/SC, em parceria com a Microsoft e a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp).

CERTIDÃO

■ Documento necessário para que os municípios possam realizar operações de crédito interno e externo.

FONTE | Resolução nº 43/01 do Senado Federal.

Critérios de pontuação de bens de informática

JOÃO LUIZ FRANCALACCI ROCHA

■ O instrumento convocatório comumente prevê requisitos formais, que deverão ser obedecidos pelos licitantes, pois o edital possui força de lei em processo licitatório.

Os agentes administrativos, no exercício de sua competência discricionária, devem ponderar que todos os critérios de julgamento respeitem o princípio da proporcionalidade.

Nesse sentido, não é válido que a Administração imponha critérios que se traduzam em vantagens inúteis ou desnecessárias. Para evitar que isso ocorra, o agente público deve estabelecer critérios de pontuação que guardem correlação com cada item a ser licitado, abstendo-se de incluir quesitos cuja comprovação restrinja a competitividade da licitação, exceto nos casos em que tal comprovação seja estritamente necessária à consecução do objeto.

Importante também que haja fundamentação para todos os itens exigidos, com objetivos, exclusivamente, de identificar as empresas de maior capacitação e de aferir a qualidade técnica da proposta. Há casos em que essa condição não é observada e o edital acaba tendo vícios de ilegalidade, propenso a impugnações e representações.

Para licitações de bens de informática são observados, entre outros aspectos, a vinculação do *software* proposto

pelo licitante com o faturamento da empresa, em que tenha sido anteriormente implementado; os critérios de pontuação que aparecem no prazo de entrega do equipamento licitado; ou ainda a necessidade de prévia comprovação de disponibilidade de determinadas estruturas, como fábrica de *software*, centro de treinamento, e plataforma de treinamento à distância.

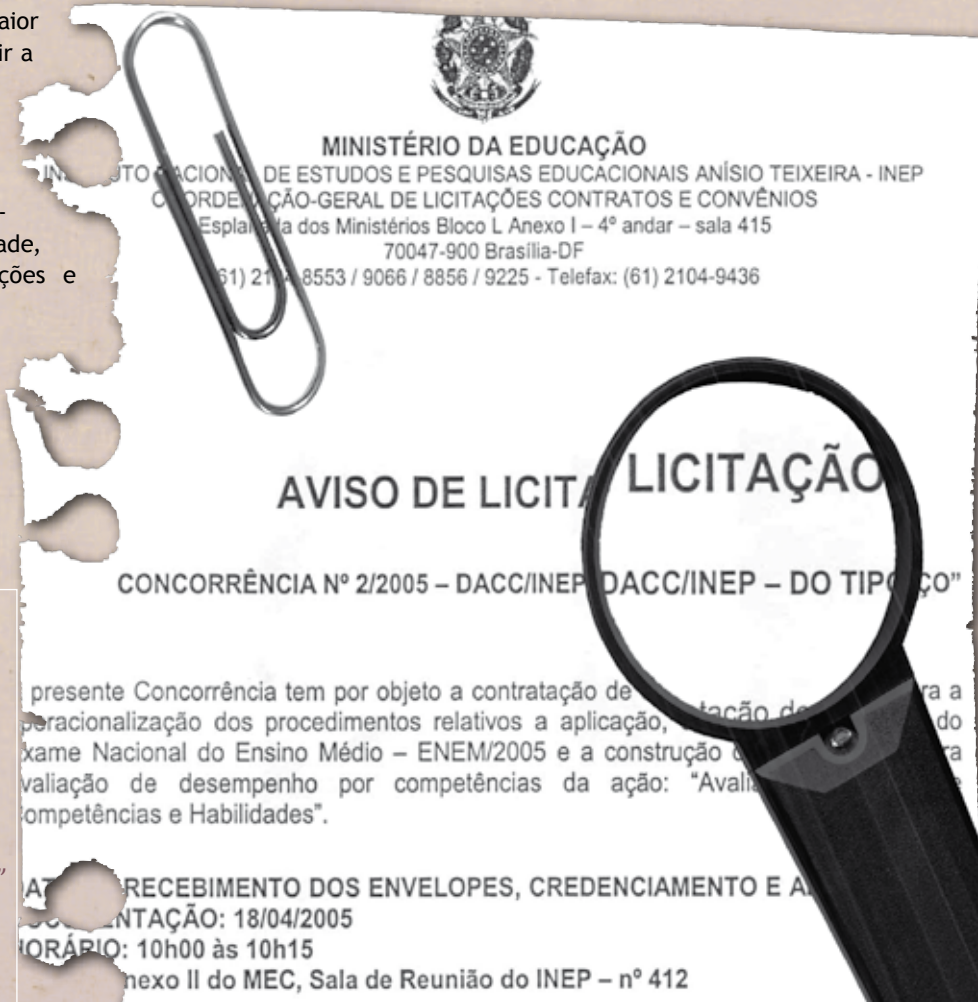
Dessa forma, entende-se que a adoção de tal medida pode representar potencial restrição ao caráter competitivo do certame, inclusive com prejuízo ao alcance da proposta mais vantajosa para a Administração. Esse tipo de vinculação desnecessária foi objeto de deliberação no Tribunal de Contas da União, produzindo, entre outros, o Acórdão nº AC-0667-18/05-P.

Decisões como essa são importante fonte de orientação para que os princípios norteadores do art. 3º da Lei nº 8.666/93 — o da isonomia, por exemplo —, bem como as vedações ali impostas — como a restrição ao caráter competitivo —, sejam respeitados.

JOÃO LUIZ FRANCALACCI ROCHA é analista de sistemas do Tribunal de Contas de Santa Catarina



“Não é válido que a Administração imponha critérios que se traduzam em vantagens inúteis ou desnecessárias.”



Clipping Eletrônico: importante fonte de informação

SELEÇÃO | executada todos os dias a partir das 7 horas

Serviço permite a avaliação do cenário externo e o planejamento de atividades

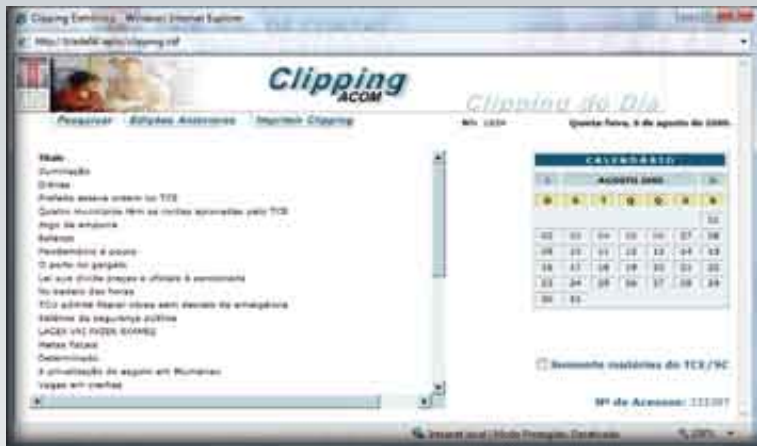
■ Subsidiar o trabalho de fiscalização e controle realizado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina é o principal objetivo da clipagem jornalística, realizada eletrônica e diariamente pela Assessoria de Comunicação Social (ACOM). A partir do serviço de apuração, seleção e distribuição de matérias jornalísticas, divulgadas em jornais, revistas, rádios, TVs e outras fontes de interesse da Instituição, os titulares dos centros de decisão e servidores do TCE/SC podem avaliar o cenário externo e planejar e desenvolver suas atividades.

No Clipping Eletrônico é possível encontrar matérias relativas às atividades da Corte catarinense, encaminhadas à imprensa em geral pela própria Acom; matérias que citam o trabalho desenvolvido pelo TCE/SC ou ainda seus conselheiros, auditores, diretores ou servidores; matérias que tratam de assuntos que são objeto de fiscalização do Tribunal ou que possam servir de subsídios para o serviço de-

sempenhado pelo Órgão; matérias que citam outros tribunais de contas e que tenham reflexos na atividade exercida pelo Tribunal catarinense; matérias relativas aos poderes Judiciário, Legislativo e/ou Executivo, que tenham relação com as atividades desenvolvidas pela Corte de Contas; e ainda matérias de interesse específico das categorias profissionais dos servidores do TCE/SC.

O trabalho de fiscalização e controle, exercido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, requer constante atualização de seu corpo diretivo e funcional, não apenas sob o ponto de vista técnico-específico da atividade profissional, mas também sob os cenários externos, que estão intimamente relacionados ao fato auditado.

Constata-se, na atualidade, um aumento considerável do número de veículos de comunicação nas mais variadas mídias. O advento da Internet, por sua vez, disponibilizou um mundo de novas infor-



NOTÍCIAS | ferramenta subsidia o trabalho do TCE/SC



MÍDIA | denúncia veiculada motivou auditoria

Cerca de 100 fontes são consultadas

Para a seleção de matérias para o Clipping Eletrônico, a equipe da Assessoria de Comunicação Social consulta, diariamente, em torno de 100 fontes, entre jornais de circulação local, regional, estadual e nacional, revistas, publicações, *blogs*, *sites* de veículos de comunicação e de outros órgãos públicos.

Também são incluídos no Clipping extratos de

matérias veiculadas em emissoras de TV locais e estaduais e de rádio de Florianópolis – CBN Diário, Guararema e Guarujá –, que citam o Tribunal de Contas de Santa Catarina ou tragam informações relevantes para a sua atividade.

Além do material jornalístico selecionado, as matérias produzidas pela Acom, para divulgação na Intranet, são inseridas no Clipping Eletrônico diário, com o objetivo de reforçar o processo de comunicação interna na Instituição.

Todo esse conjunto de matérias fica armazenado no sistema eletrônico do Clipping (na Intranet) e pode ser acessado através de *link* próprio.

É possível acessar não apenas as matérias do dia, mas todo o acervo selecionado desde a implantação do sistema, em 2 de setembro de 2002. Para tanto, basta que o usuário acesse a data escolhida.

Também é possível pesquisar matérias através de palavras-chaves, assunto, veículo da publicação, data, etc.

mações. Não bastasse isso, a velocidade com que essas informações se atualizam e circulam exige um permanente acompanhamento, muitas vezes impossível de ser realizado pelo corpo diretivo e técnico do TCE/SC devido ao exercício rotineiro de suas atribuições e funções institucionais e também pela falta de tempo disponível.

Assim, o Clipping apresenta-se como “um instrumento importante, pois filtra para o usuário aquilo que ele realmente necessita saber”, destaca o coordenador da Diretoria de Controle de Licitações e Contratações (DLC), Otto Cesar Simões.

O Clipping seleciona matérias importantes dentro das informações disponíveis na imprensa e na Internet, o que pode orientar o próprio trabalho de fiscalização, já que denúncias levantadas por veículos de comunicação acabam se tornando objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas.

Simões cita como exemplo auditoria realizada na Secretaria de Estado de Assistência Social, Habitação e Trabalho, que foi suscitada a partir de matéria veiculada no jornal Diário Catarinense, de 19 de maio de 2008, e publicada no Clipping Eletrônico do TCE/SC do mesmo dia. A notícia referia-se a uma denúncia que relatava que aquela Secretaria havia contratado por dispensa de licitação diversas organizações não governamentais para realizar cursos em cidades de Santa Catarina. A partir dessa informação, a DLC programou uma auditoria especial na referida secretaria.



O processo de produção

O trabalho de seleção de notícias para o Clipping do dia inicia às 7 horas, quando a equipe da Assessoria de Comunicação Social já tem acesso aos jornais de circulação regional e estadual.

Nesta primeira etapa de produção também é feita triagem de matérias através de consultas a *sites* e *blogs* de jornalistas de atuação local, regional e estadual e ainda a *sites* de alguns órgãos públicos – como a Assembleia Legislativa, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal –, que possam ter informações a respeito de decisões importantes julgadas durante a noite ou madrugada anterior.

Às 10 horas, a primeira versão do Clipping é publicada na Intranet, contendo as matérias selecionadas das primeiras fontes pesquisadas. Esta versão, apesar de já estar disponível na Intranet, é impressa e distribuída aos conselheiros, auditores, procuradores e diretores do TCE/SC.

Após a publicação, impressão e distribuição da primeira versão do Clipping, o processo de seleção e inclusão de matérias continua, com pesquisas em jornais e revistas de circulação nacional e outras fontes de origem e repercussão nacional.

Todo o processo de produção se estende até por volta das 12h30min, e às 13 horas o Clipping do dia já está integralmente finalizado e disponibilizado na Intranet a todos os servidores.

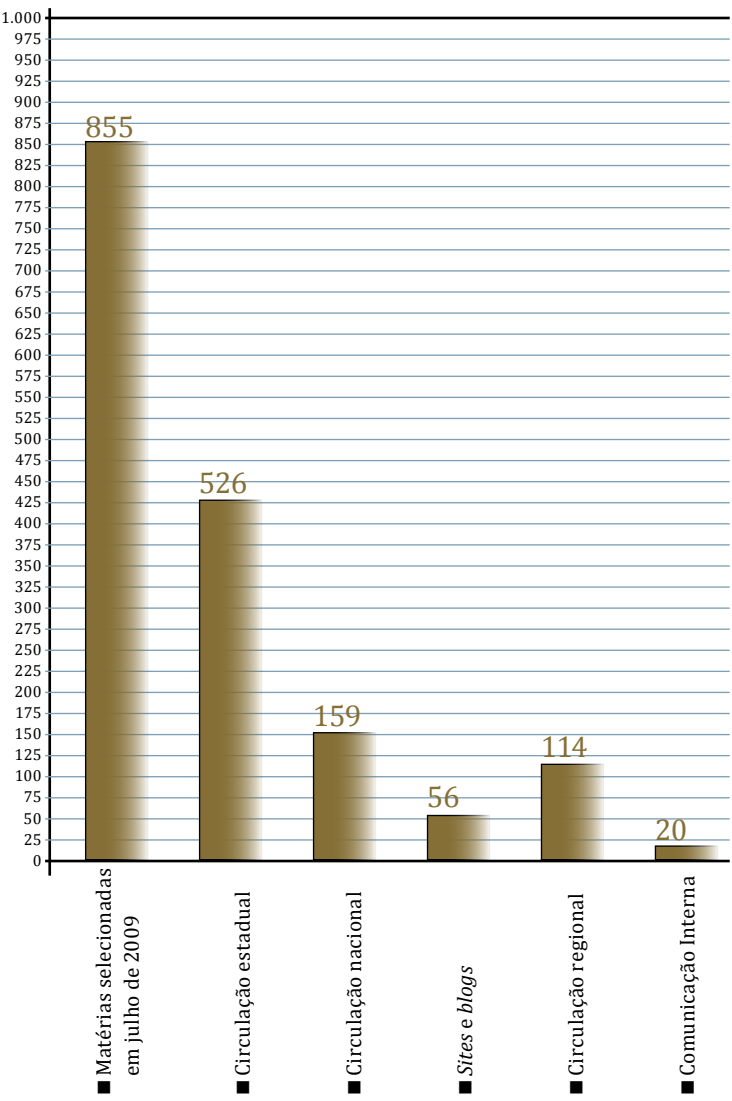
A versão final do Clipping também é impressa e entregue à Presidência e aos conselheiros do Tribunal catarinense.

O Clipping em números

O número de matérias selecionadas, diariamente, varia em função do momento factual. Há épocas em que, devido à grande repercussão de determinados fatos, a quantidade de matérias pode ultrapassar o número de 100, numa mesma edição do Clipping. A média de notícias, no entanto, tem permanecido entre 50 e 70 por dia. Raramente uma edição do Clipping contém menos de 40 matérias selecionadas.

O índice de leitura do Clipping no ambiente interno do TCE/SC pode ser considerado bastante satisfatório. Levantamento efetuado pela equipe da Assessoria de Comunicação Social, entre os meses de maio e julho de 2006 e entre março e maio de 2008, mostrou que o Clipping tem uma média de 343 acessos diários.

MENSURAÇÃO





Comissão Especial aprova criação do Conselho Nacional dos TCs

PEC nº 28/07 ainda terá de ser submetida ao plenário da Câmara dos Deputados

AUDIÊNCIA PÚBLICA | presidentes do TCE/SC, José Carlos Pacheco, e do IRB, Salomão Ribas Jr. (1º à esq.), participam de discussão sobre a proposta, no dia 9 de junho

■ A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 2 de setembro, o substitutivo do deputado Júlio Delgado à Proposta de Emenda Constitucional nº 28/07 para a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC). A matéria ainda terá de ser submetida à deliberação do plenário.

De acordo com a PEC, de autoria do deputado Vital do Rêgo Filho, o Conselho terá a função de exercer o controle sobre a atuação dos tribunais de contas da União, dos estados e dos municípios. Entre as emendas acatadas pelo relator Júlio Delgado está a que eliminou o limite de idade máxima de 65 anos, mantendo a mínima de 35 para ingresso no Conselho.

No dia 9 de junho, os presidentes do Tribunal de Contas de Santa Catarina e do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiros José Carlos Pacheco e Salomão Ribas Junior, respectivamente, participaram de audiência pública realizada pela Comissão Especial, presidida pelo deputado Mauro Benevides, para dis-

cussão da proposta. Na oportunidade, foram debatidas a composição do Conselho, as peculiaridades das competências, a criação de ouvidorias, a função do corregedor geral, entre outros pontos da proposta.

O presidente do IRB destacou que a criação de mecanismo de controle e fiscalização dos tribunais de contas é desejo generalizado da sociedade brasileira. “A opinião pública deseja não apenas a fiscalização administrativa, mas a fiscalização de comportamento de seus membros”, ressaltou Ribas Junior.

Também participaram das discussões os conselheiros Victor José Faccioni, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Thiers Montebello, presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Luiz Sérgio Gadelha Vieira, do Tribunal de Contas do Município do Ceará, o procurador José Gustavo Athayde, presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, e o deputado federal Júlio Delgado, relator da PEC nº 28/07.

PEC Nº 28 — COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

- Zelar pela autonomia dos tribunais de contas e pelo cumprimento de suas determinações.
- Apreciar, de ofício ou mediante provocação, a validade dos atos administrativos praticados por membros dos tribunais de contas.
- Receber e conhecer das reclamações contra membros dos tribunais de contas, inclusive contra seus serviços auxiliares e demais órgãos que atuem por delegação ou oficializados.
- Representar ao Ministério Público no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros dos tribunais julgados há menos de um ano.
- Elaborar semestralmente relatório estatístico sobre os atos realizados pelos tribunais, por unidade da Federação.
- Elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação das cortes de contas e as atividades do Conselho.

Homenagem ao ministro Marcos Vilaça

Ainda no dia 9 de junho, os conselheiros José Carlos Pacheco e Salomão Ribas Junior prestigiaram a cerimônia de concessão do Colar do Mérito “Ministro Seabra Fagundes” ao ministro do Tribunal de Contas da União Marcos Vilaça. Trata-se da mais alta condecoração oferecida pela Atricon a personalidades que tenham prestado relevantes serviços ao sistema de controle externo.

O ato, realizado no Salão Nobre do TCU, contou com a participação de ministros, auditores, procuradores, autoridades, dirigentes e servidores do Órgão, além de conselheiros de tribunais de contas estaduais e municipais.



REUNIÃO | representantes dos dois órgãos de controle em Santa Catarina

TCE/SC e Secex/SC querem ampliar e aprimorar função

Diretores do Tribunal de Contas de Santa Catarina e representantes da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina (Secex-SC) reuniram-se, no dia 6 de julho, para tratar de temas ligados à atuação integrada dos dois órgãos na questão da fiscalização dos gastos públicos. A ideia é ampliar e aprimorar a função de controle exercida por essas instituições.

Segundo o diretor geral de controle externo do TCE/SC, Carlos Tramontin, “esse é o primeiro passo para manter um intercâmbio de informações dos trabalhos já realizados e em andamento, através da participação conjunta na fiscalização da gestão dos

recursos públicos da União, do Estado e dos municípios catarinenses”.

Pelo Tribunal catarinense, além de Tramontin, participaram do encontro na sede do Órgão os diretores de Controle dos Municípios, Geraldo José Gomes, de Controle da Administração Estadual, Evândio Souza, de Controle de Atos de Pessoal, Reinaldo Gomes Ferreira, de Atividades Especiais, Kliwer Schmitt, de Controle de Licitações e Contratações, Edison Stieven, e o secretário geral Francisco Luiz Ferreira Filho. Pela Secretaria de Controle Externo do TCU em Santa Catarina estavam o secretário João Manoel da Silva Dionísio e o auditor Luis Henrique Teixeira Ruiz.

SAIBA MAIS

■ Vale lembrar que as Secretarias de Controle Externo do TCU são unidades técnico-executivas subordinadas à Secretaria Geral de Controle Externo.

■ Têm por finalidade assessorar os relatores em matérias inerentes ao controle de gestão e oferecer subsídios técnicos para o julgamento das contas e a apreciação dos demais processos relativos às unidades jurisdicionadas ao TCU.



TCE/SC intensifica atividades de capacitação

Educação corporativa e orientação aos gestores públicos contribuem para a melhoria dos serviços prestados à população

CAPACITAÇÃO EXTERNA | Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, que este ano chegou à 11ª edição, está entre as principais iniciativas

■ A realização de atividades de educação corporativa e de orientação aos gestores públicos têm sido uma prática constante no Tribunal de Contas de Santa Catarina. “O aperfeiçoamento dos servidores do TCE/SC é essencial ao bom desempenho das atribuições do Órgão e a capacitação dos agentes políticos contribui para a melhoria dos governos e dos resultados da gestão pública, na busca da correta aplicação dos recursos, expectativa essa da sociedade”, enfatizou o presidente do TCE/SC, conselheiro José Carlos Pacheco.

O Instituto de Contas (ICON) é o setor responsável pela organização das atividades de capacitação oferecidas aos públicos interno e externo. O supervisor do ICON, conselheiro César Filomeno Fontes, considera que o corpo funcional é o maior patrimônio de qualquer instituição. “O aprimoramento é importante para manter o nível e preparo intelectual e técnico dos servidores”, justifica, destacando, também, que “para fornecer orientação aos seus jurisdicionados, os técnicos da Corte catarinense precisam estar atualizados”.

Aos servidores da Corte catarinense são oferecidas atividades de formação e de aperfeiçoamento. Desde 2007, com o objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos servidores do Tribu-

nal, os cursos e eventos vêm sendo realizados nas dependências do Órgão e ministrados por instrutores do próprio TCE/SC ou cedidos por outros entes públicos. “Custo reduzido e treinamento de maior número de servidores estão entre as principais vantagens”, aponta o conselheiro César Fontes.

As atividades de capacitação externa se enquadram no conjunto de iniciativas que buscam contribuir para o aprimoramento da gestão pública, objetivo do Plano Estratégico 2008-2011. Entre as ações de orientação voltadas aos integrantes das administrações estaduais e municipais destaca-se o Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, evento que interioriza a atuação do TCE/SC, permitindo o diálogo, a demonstração sobre posicionamentos técnicos e a apresentação de sugestões.

O Tribunal de Contas também tem um programa – Portas Abertas – que possibilita a visita de estudantes e professores ao Órgão para assistirem a palestras de servidores sobre as atribuições do TCE/SC e a sessões do Pleno. Destaque para os cursos que têm relação com as atividades da Instituição, como Direito, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração, de diversas universidades do Estado.



CAPACITAÇÃO INTERNA | 25 servidores participam de curso sobre “Acumulação de Cargos e Proventos”



CAPACITAÇÃO INTERNA | curso sobre o novo acordo ortográfico



PORTAS ABERTAS | 45 estudantes das 6ª e 8ª fases do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Contestado, Canoinhas



PORTAS ABERTAS | 50 alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de Florianópolis e São José

IMPrensa/GOVERNO DO ESTADO



Aplicação do acórdão do STF sobre aposentadoria do magistério é discutida

A aplicação prática do acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estendeu a aposentadoria especial para outras atividades do magistério, antes restrita aos que realizavam trabalho em sala de aula, está sendo discutida por representantes do Tribunal de Contas de Santa Catarina e do Governo do Estado, desde o dia 9 de julho.

Comissão formada por integrantes da Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP) do TCE/SC, do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), das Secretarias da Administração, da Fazenda e da Educação e da Procuradoria Geral do Estado está efetuando estudos para regulamentar a aplicação da Lei Federal nº 11.301/06, que modificou artigo da Lei Federal nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – e definiu quais as funções do magistério, considerando a interpretação do STF.

A aposentadoria especial para as mulheres do magistério, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é concedida após 25 anos de contribuição e os 50 anos de idade. Em geral, as trabalhadoras podem se aposentar com 30 anos de contribuição e, no mínimo, 55 anos de idade. Para os homens todos esses períodos aumentam em cinco anos.

A DAP

■ A Diretoria de Controle de Atos de Pessoal do TCE/SC foi criada no dia 2 de março deste ano pela Resolução nº TC-36/09. É a unidade responsável pela fiscalização dos atos de admissão de pessoal, aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão da administração pública estadual e dos 293 municípios catarinenses.

INTERAÇÃO | reunião realizada na sede do Iprev, no dia 9 de julho, contou com a participação do diretor da DAP, Reinaldo Gomes Ferreira



REUNIÃO | PPA, LDO e LOA, nova norma para apreciação das contas, atos de aposentadorias, contratos e convênios estiveram na pauta

Consórcio público é tema de palestra

No dia 23 de junho, o diretor de Controle dos Municípios, Geraldo José Gomes, proferiu palestra sobre consórcios públicos a contadores e procuradores de municípios que integram a Associação da Região de Laguna (Amurel). No encontro, Gomes falou sobre a Lei nº 11.107/05, que rege a matéria, além de esclarecer situações de natureza jurídica e contábil.

“O consórcio público é uma forma legal e recomendada para se buscar soluções práticas para a administração pública, baixando os custos em função das quantidades compradas quando os municípios se reúnem num mesmo objetivo”, destacou, ressaltando a importância do trabalho do TCE/SC na verificação da legalidade das ações.

Vale lembrar que a Lei nº 11.107/05 regulamentou o art. 241 da Constituição Federal. Dispõe sobre normas gerais de contratação por meio de consórcios públicos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a realização do interesse comum.

Servidores esclarecem dúvidas de membros do colegiado de contadores municipais

A contabilização das depreciações e provisões para 13º salário, férias e dívida ativa, os prazos para encaminhamento dos instrumentos de planejamento, os novos critérios para emissão do parecer prévio, os procedimentos relacionados às prestações de contas através do e-Sfinge e a atuação do controle interno foram os assuntos discutidos por técnicos do Tribunal de Contas de Santa Catarina, no dia 30 de junho, durante reunião no Plenário do Órgão com representantes do colegiado de contadores das associações de municípios do Estado. Na oportunidade, também foram abordados aspectos relacionados a atos de aposentadorias, contratos e convênios.

Segundo o diretor de Controle dos Municípios (DMU) da Corte catarinense, Geraldo José Gomes, “alguns procedimentos deverão ser analisados internamente pelo TCE/SC”. Entre eles, o auditor fiscal de controle externo destaca a possibilidade do e-Sfinge receber dados relativos às alterações realizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e de antecipação das críticas que o Sistema procede no envio de informações, possibilitando a sua correção antes da confirmação da remessa eletrônica da prestação de contas ao Tribunal.

Para Gomes, “a realização dessas reuniões são importantes não apenas para aproximar o TCE/SC das unidades fiscalizadas, mas, principalmente, para reavaliar as normas exigidas nas prestações de contas, buscando, sempre, o atendimento das necessidades do fiscalizador e a melhoria da eficiência dos procedimentos adotados pelos fiscalizados”.

Pelo Tribunal de Contas, também participaram da reunião solicitada pela Federação Catarinense dos Municípios os coordenadores de inspetoria Cristiane de Souza Reginatto, Paulo César Salum e Sônia Endler, o diretor de Controle de Atos de Pessoal, Reinaldo Gomes Ferreira, e a chefe de divisão da Diretoria de Controle de Licitações e Contratações, Flavia Letícia Fernandes Baesso.

Tribunais de contas e conselhos fiscais profissionais

MARCELO BROGNOLI DA COSTA

■ À primeira vista não se vislumbra entre as Cortes de Contas e os Conselhos Fiscais Profissionais pontos de contatos ou interesses recíprocos. Os Tribunais de Contas atuam, *lato sensu*, no controle do erário público, fiscalizam a legalidade de atos e contratos públicos, julgam contas e auxiliam o Poder Legislativo. Aos Conselhos Fiscais Profissionais, entidades autárquicas, atribuem-se atividade típica de Estado, de fiscalização do exercício profissional, com poder de polícia, de tributar e punir no que concerne ao exercício de atividades profissionais.

O tangenciamento de suas atuações, sob a ótica proposta, é marcante e mutuamente interessante.

Sem dúvida o desempenho das atividades de cada profissão depende da qualificação e aptidão do executor, numa relação diretamente proporcional, ou seja, quanto mais qualificado e apto, melhor o resultado do trabalho. Assim, a regularidade junto aos Conselhos pode ser concebida como chancela garantidora da qualidade do serviço, dada a responsabilidade técnica.

Na Administração Pública, cabe relevar o princípio da eficiência, de status constitucional, que para ser atendido requer, no mínimo, qualificação, valorização e capacitação dos servidores, os quais corporificam e humanizam o Estado, e se zelosos de seus mistérios podem mitigar a figura hobesiana do Leviatã e sobrelevar sua função social, tornando favorável à sociedade a relação custo benefício.

Portanto, o primado da qualificação há de ser perseguido e os Tribunais de Contas quando da fiscalização dos editais de concursos públicos, por exemplo, devem atentar para a necessária correlação entre as atribuições do cargo e a habilitação profissional exigida, ladeada pela inscrição e regularidade no respectivo Conselho Fiscal Profissional, assegurando que o candidato tem a qualificação mínima para prestar de forma eficiente o serviço.

Numa relação mais direta, atos de admissão, aposentadoria, pensões, editais, licitações, contratos, balanços, balancetes e prestações de contas devem ser remetidos aos tribunais de contas, sob a forma documental ou em meio eletrônico, para que possam exercer o controle externo. O aperfeiçoamento destes atos e informes requer a execução por agente capaz, dentre outros requisitos de validade apontados pela doutrina do Direito Administrativo, não bastando o exame da rotulação do cargo, sendo imprescindível investigar a habilitação profissional do executor.



Se os atos e informes são realizados por profissionais habilitados reduz-se a possibilidade de erros e desvios, ganham a sociedade, a Administração Pública e os órgãos controladores.

Vislumbra-se, então, uma via de mão dupla em que a representação por parte dos tribunais carrega ao respectivo Conselho Fiscal os achados sobre o exercício irregular da profissão. Associam-se, assim, aos Conselhos na vigília dos profissionais que atuam na Administração Pública. De outra parte, a intervenção dos Conselhos Fiscais, em resposta às representações, afastando os profissionais inaptos ou vedando a execução de atividades por servidores não habilitados, servirá de catalisador para a eficiência no serviço público em prol da sociedade e otimizará o inter-relacionamento dos jurisdicionados com os tribunais de contas.

A celebração de convênio entre as Cortes de Contas e os Conselhos Fiscais Profissionais pode estreitar a relação e permitir melhoras no cumprimento de suas atribuições.

MARCELO BROGNOLI DA COSTA é auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina

TEMPO EDITORIAL



“O primado da qualificação há de ser perseguido e os tribunais de contas devem atentar para a necessária correlação entre as atribuições do cargo e a habilitação profissional exigida.”

Criação de honrarias resgata história do Estado

TCE/SC homenageia pessoas e instituições com réplicas da estátua de Anita Garibaldi e do quadro “Proclamação da República Juliana”

■ Resgatar a história de Santa Catarina para homenagear pessoas, organizações, instituições que, no campo de suas atividades, tenham se distinguido de forma notável e relevante e contribuído para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema de controle externo público foi o objetivo do Tribunal de Contas do Estado ao instituir como honrarias as réplicas da estátua de Anita Garibaldi – Heroína dos Dois Mundos – e do quadro da “Proclamação da República Juliana”, dos artistas Antônio Caringi e Willy Zumblick, respectivamente.

Criadas em junho de 2008, as honrarias também são concedidas para aqueles que tenham cooperado ao combate da corrupção e ao fortalecimento das relações institucionais. “Essas homenagens traduzem o reconhecimento do Tribunal de Contas de Santa Catarina, além de divulgar a cultura e personalidades que marcaram a história catarinense”, explicou o presidente do Órgão, José Carlos Pacheco, autor da iniciativa.

De acordo com o projeto de resolução, aprovado com base na proposta de voto do relator do processo (PNO 08/00334744), conselheiro Salomão Ribas Junior, as honrarias serão outorgadas em atividades de representação ou solenidades, acompanhadas do respectivo diploma e de informações que retratam a história, as personalidades e os artistas das peças. “Anita Garibaldi e a proclamação da República Juliana são verdadeiros marcos que romperam fronteiras e influenciaram a construção de uma sociedade livre, igualitária e fraterna”, enfatizou o conselheiro Pacheco na apresentação da publicação “Honrarias do Tribunal de Contas de Santa Catarina”.



AS RÉPLICAS

- A estátua de Anita Garibaldi foi esculpida por Antônio Caringi. Inaugurada em 29 de julho de 1964, está localizada na Praça da República, no Centro Histórico de Laguna (SC).
- O quadro “Proclamação da República Juliana” foi pintado pelo artista Willy Zumblick, em 1956. A obra pertence ao acervo do Museu Anita Garibaldi, também localizado no município de Laguna (SC).

OS ARTISTAS



ANTÔNIO CARINGI nasceu no dia 18 de maio de 1905, em Pelotas (RS). Formou-se em Ciências e Letras, em Porto Alegre. Desde pequeno já demonstrava habilidades na arte de esculpir. Em 1928, frequentou a Academia de Belas Artes de Munique, na Alemanha, e se especializou em Plástica Monumental. Depois de 12 anos na Europa, retornou ao Brasil para fundar o curso de escultura da Escola de Belas Artes de Pelotas, mais tarde Instituto de Letras e Artes/Universidade de Pelotas. Em suas obras de arte explorou figuras de santos, padres, heróis, escritores, soldados e até do folclore brasileiro. Seu nome está registrado em galerias de arte da Alemanha e Itália. Todos os grandes monumentos de Caringi foram vencedores de concurso. O artista faleceu em 30 de maio de 1981.

WILLY ZUMBLICK nasceu no dia 26 de setembro de 1913, na cidade de Tubarão (SC). Estudou no Colégio São José, onde foi reconhecido como bom pintor e desenhista. Aperfeiçoou seus dotes estudando pintura com Guilherme Lob, em Porto Alegre (RS), e desenho e escultura com Moacir Fernandes, na Escola Nacional de Belas Artes. Em suas obras explorou o figurativo, as cenas populares e históricas, os fatos que eternizaram Anita e Giuseppe Garibaldi na proclamação da República Juliana e tantos outros temas do cotidiano. O pintor e escultor faleceu em 3 de abril de 2008.

FONTE | “Honrarias do Tribunal de Contas de Santa Catarina”.



OS HOMENAGEADOS

■ NOME	■ PORTARIA / DATA
Conselheiro Salomão Ribas Junior Presidente do Instituto Rui Barbosa	Portaria nº TC 503/08 16/09/2008
Conselheiro Victor José Faccioni Presidente da Atricon	Portaria nº TC 504/08 16/09/2008
Conselheiro Francisco de Souza Andrade Netto Presidente da Abracom	Portaria nº TC 508/08 16/09/2008
Conselheiro Carlos Pinna de Assis Ex-presidente da Atricon	Portaria nº TC 510/08 16/09/2008
Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira Ex-presidente do TCM do Ceará	Portaria nº TC 575/08 23/10/2008
Conselheiro Manoel Figueiredo Castro Presidente do TCE da Bahia	Portaria nº TC 576/08 23/10/2008
Ministro Ubiratan Aguiar Ex-vice-presidente do Tribunal de Contas da União	Portaria nº TC 583/08 28/10/2008
Juiz-conselheiro Julião Antônio Presidente do Tribunal de Contas de Angola	Portaria nº TC 597/08 11/11/2008





IMPrensa/GOVERNO DO ESTADO

Santa Catarina terá unidade da escola francesa de administração

Unidade para formação de gestores públicos será a primeira do Brasil e da América Latina

LANÇAMENTO | Pacheco participa do ato

■ O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro José Carlos Pacheco prestigiou, no dia 15 de junho, o lançamento da primeira filial da École Nationale d'Administration fora da Europa (ENA), centro de excelência para formação de gestores públicos. Será o primeiro estado do País e da América Latina a ter uma unidade da escola francesa. “Será um marco para a melhoria da capacitação profissional dos servidores públicos de Santa Catarina”, enfatizou Pacheco.

Segundo o governador Luiz Henrique da Silveira, a previsão é que a ENA – Brasil seja inaugurada no dia 7 de setembro, podendo contar, inclusive com as presenças dos presidentes da França, Nicolas Sarkozy, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

A instalação da unidade foi possível graças à assinatura de termo de cooperação entre os governos francês e catarinense e a Universidade do Estado

de Santa Catarina (Udesc). O ato, realizado em 13 de novembro do ano passado, foi prestigiado pelo presidente do Instituto Rui Barbosa, conselheiro do TCE/SC, Salomão Ribas Junior.

O processo legal da ENA – Brasil irá prever que o concurso vestibular para acesso também tenha força de concurso público, ou seja, os formandos da escola poderão ingressar diretamente no serviço público estadual.

ENA

■ A escola francesa de administração foi criada em 1945 pelo então presidente da França, Charles de Gaulle, com o intuito de democratizar o acesso ao serviço civil. É considerada símbolo da meritocracia republicana, oferecendo aos alunos acesso as mais altas posições administrativas governamentais. Cerca de 90 alunos se formam por ano — o ex-presidente francês, Jacques Chirac, está entre os graduados.

www.controlepublico.org.br

Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil



Integração das atividades de fiscalização e promoção da transparência dos atos da administração pública.



FOTOS DIVULGAÇÃO SANTUR



■ Dia da Imprensa Catarinense

Os conselheiros José Carlos Pacheco e Wilson Wan-Dall, presidente e vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, respectivamente, participaram, no dia 28 de julho, da solenidade comemorativa ao Dia da Imprensa Catarinense, no Museu Cruz e Sousa, em Florianópolis. Os pronunciamentos destacaram a importância da imprensa na construção da cidadania e da democracia no Estado e no Brasil, na figura de Jerônimo Francisco Coelho, fundador do primeiro jornal impresso em Santa Catarina – “O Catharinense” –, que circulou há 178 anos. Autoridades municipais, estaduais e federais, além de profissionais de imprensa que atuam no Estado, prestigiaram a cerimônia promovida pela Associação Catarinense de Imprensa, Maçonaria de Santa Catarina, 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e pela Academia Catarinense de Letras.

SOLENIDADE | autoridades municipais, estaduais e federais

Em prol da cidadania

■ O coral Hélio Teixeira da Rosa, do Tribunal de Contas de Santa Catarina participou, no dia 5 de agosto, do espetáculo beneficente “Livre, Leve & Solto – desfile de cidadania em cantos de paz”, em prol da Solto Cooperativa de Trabalhadores em Moda Jovem de Florianópolis, realizado no Teatro Álvaro de Carvalho. Ao som da música “We are the World”, de Michael Jackson e Lionel Richie, aconteceu desfile com modelos de roupas produzidos pelos cooperados. Os modelos são feitos com peças customizadas e reaproveitadas e material reciclado. Após o desfile, o espetáculo prosseguiu com a apresentação do coral. Ao todo, foram apresentadas 12 músicas. O repertório também incluiu “Depende de Nós” (Ivan Lins e Vitor Martins) e “Oh, Happy Day” (Edwin R. Hawkins). O grupo contou com acompanhamento instrumental de banda formada por servidores do Tribunal de Contas, comandada pelo pianista Luiz Gustavo Zago. Houve ainda a apresentação solo dos cantores Rogério Guilherme de Oliveira, regente do coral e servidor do TCE/SC, Cláudia Todorov e Elisabeth Cantelli. Toda a renda foi revertida para a cooperativa que oferece formação na área de corte, costura e estamparia a jovens e mulheres de comunidades carentes, proporcionando oportunidade de aprendizado e geração de renda, bem como integração social e promoção da cidadania de seus cooperados.

BENEFICENTE | desfile de roupas ao som do coral do TCE/SC

RODOLFO MOREIRA



ASSISTA ÀS SESSÕES DO PLENO PELA TELEVISÃO E PELA INTERNET.

Um canal do Tribunal catarinense em apoio ao controle social.

Sempre às 14 horas

Segunda-feira: ao vivo, no canal da TVAL e no site www.tce.sc.gov.br

Quarta-feira: ao vivo, no site www.tce.sc.gov.br



Florianópolis: Net 16 e TVA 23
Araranguá: Cabovisão
Balneário Camboriú: Cabovisão
Blumenau: Net 16
Brusque: Via Cabo
Chapecó: Net 16
Concórdia: Net 16
Criciúma: Net 16
Itajaí: Cabovisão
Jaraguá do Sul: Net 16
Joaçaba: Net 16
Joinville: Net 16
Lages: Net 16
Rio do Sul: Cabovisão
São Bento do Sul: Via Cabo
São José: Net 23 e Viamax
Tubarão: Via Cabo
Em todo o Estado: parabólica sintonia-digital (posição vertical prefixo 4132)

Obs.: O sinal da TVAL é compartilhado com as Câmaras de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joaçaba e Balneário Camboriú.



Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo
dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA PARTICIPA DO PROMOEX.

OBJETIVO DO PROMOEX

- Fortalecer e modernizar o sistema de controle externo como instrumento de cidadania.

AÇÕES

- Aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e interinstitucionais essencial ao controle do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Capacitação de pessoal.
- Introdução de novos procedimentos e sistemas organizacionais.
- Investimentos em informática.

